



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

CAMPUS APARECIDA DE GOIÂNIA

CURSO DE LICENCIATURA EM DANÇA

FLÁVYS GUIMARÃES SILVA

(TRANS)JETÓRIAS E MEMÓRIAS

ESCREVIVÊNCIA DE UMA NARRATIVA URBANA E ACADÊMICA

APARECIDA DE GOIÂNIA

2023



INSTITUTO FEDERAL
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO NO REPOSITÓRIO DIGITAL DO IFG - ReDi IFG

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Digital (ReDi IFG), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IFG.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|--|---|
| ☐ Tese | ☐ Artigo Científico |
| ☐ Dissertação | ☐ Capítulo de Livro |
| ☐ Monografia – Especialização | ☐ Livro |
| ☒ TCC – Graduação | ☐ Trabalho Apresentado em Evento |
| ☐ Produto Técnico e Educacional - Tipo: _____ | |

Nome Completo da Autora: Flávys Guimarães Silva

Matrícula: 20171090050031

Título do Trabalho: (TRANS)jetórias e Memórias: Escrivência de uma narrativa urbana e acadêmica

Autorização - Marque uma das opções

1. ☒ Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso aberto);
2. ☐ Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG somente após a data ____/____/____ (Embargo);
3. ☐ Não autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso restrito).

Ao indicar a opção **2 ou 3**, marque a justificativa:

- ☐ O documento está sujeito a registro de patente.
☐ O documento pode vir a ser publicado como livro, capítulo de livro ou artigo.
☐ Outra justificativa: _____

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

- i. o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- ii. obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- iii. cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Aparecida de Goiânia - Goiás, 20/03/2023.

Local

Data

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

FLÁVYS GUIMARÃES SILVA

(TRANS)JETÓRIAS E MEMÓRIAS

ESCREVIVÊNCIA DE UMA NARRATIVA URBANA E ACADÊMICA

Trabalho de Conclusão de Curso, no formato de monografia, apresentado ao curso de Licenciatura em Dança, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - Campus Aparecida de Goiânia/IFG, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em Dança.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Ribeiro

Coorientador: Prof. Me. Roberto Rodrigues

APARECIDA DE GOIÂNIA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586 Silva, Flávys Guimarães
(Trans)jetórias e memórias: escrevivência de uma narrativa urbana e acadêmica. / Flávys Guimarães Silva. - Aparecida de Goiânia, 2023.
57 f.

Orientadora: Dra. Luciana Ribeiro.

Co-orientador: Me. Roberto Rodrigues.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás: Campus Aparecida de Goiânia, Licenciatura em Dança, 2023.

1. Arte. 2. Dança. 3. Autobiografia. 4. Pesquisa narrativa. I. Título.

CDD 700

Catalogação na publicação:
Thalita Franco dos Santos Dutra – CRB 1/2186



TERMO DE APROVAÇÃO

FLÁVYS GUIMARÃES SILVA

(TRANS)JETÓRIAS E MEMÓRIAS

ESCREVIVÊNCIA DE UMA NARRATIVA URBANA E ACADÊMICA

Trabalho de Conclusão de Curso, no formato de monografia, apresentado ao curso de Licenciatura em Dança, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - Campus Aparecida de Goiânia/IFG, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em Dança, desenvolvido na linha de pesquisa Dança, História, Cultura e Sociedade, sob orientação da Profa. Dra. Luciana Ribeiro.

Aprovada em 08/02/2023.



INSTITUTO FEDERAL
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
CÂMPUS APARECIDA DE GOIÂNIA

TERMO DE APROVAÇÃO

FLAVYS GUIMARÃES SILVA

(TRANS)jetórias e memórias: Escrivivência de uma narrativa urbana e acadêmica.

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – Câmpus Aparecida de Goiânia como requisito parcial para a obtenção do título de **Licenciada em Dança** e desenvolvido na linha de pesquisa **Dança, História, Cultura e Sociedade** sob orientação do Dra. Luciana Ribeiro

Aprovado em 08 de fevereiro de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

(assinado eletronicamente)

Dra. Luciana Ribeiro (Presidente - orientador)

(assinado eletronicamente)

Ma. Juliana de Oliveira Ferreira (Membro Interno)

(assinado eletronicamente)

Dra. Jaqueline Pereira de Oliveira Vilasboas (Membro Externo)

Documento assinado eletronicamente por:

- Juliana de Oliveira Ferreira, PROF ENS BAS TEC TECNOLÓGICO-SUBSTITUTO, em 20/03/2023 15:47:32.
- Jaqueline Pereira de Oliveira Vilasboas, Jaqueline Pereira de Oliveira Vilasboas - Visitante - Ufg (01567601000143), em 09/03/2023 19:23:20.
- Luciana Gomes Ribeiro, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLÓGICO, em 09/02/2023 19:32:31.
- Germano Henrique Pereira Lopes, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLÓGICO, em 09/02/2023 19:02:40.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 09/02/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifg.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 372433

Código de Autenticação: b65c330d2f



Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Avenida Universitária Vereador Vagner da Silva Ferreira, Qd. 1, Lt. 1-A, Parque Itatiaia, APARECIDA DE GOIÂNIA / GO, CEP 74968-755
(62) 3507-5959 (ramal: 5959)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe por sempre ter sido essa mãe acima da média. Por me amar e me respeitar com a minha travestilidade.

Agradeço à EJA – Educação de Jovens e Adultos, a todas/es/os profissionais da área da educação que de alguma forma me inspiraram e me deram forças para continuar a estudar, pois se hoje defendo esta monografia é porque teve um trabalho coletivo político propositivo até eu chegar aqui.

Agradeço a todo suporte, apoio e receptividade que recebi do corpo docente e administrativo do IFG – Instituição Federal de Goiás, Campus Aparecida de Goiânia. Aqui eu aprendi, mas também sei que ensinei muita gente.

E para finalizar, agradeço a mim mesma que ainda não enlouqueci, não morri e persisto contrariando as estatísticas que querem ver minha corpa negra, feminina e travesti nas estatísticas de prostituição, encarceramento e morte.

RESUMO

Transgredir, transcender, transmutar. Essa tríplice constitui, embasa e dá significado à minha (Trans)jetória pelo fato de eu não ter vivido um trajeto pré-determinado/definido desde minha infância até a vida adulta, pelo contrário minha corpa passou um tempo na escuridão sem direito à luz no fim do túnel, em labirintos nos quais alguns momentos pareceram intermináveis, becos sem saída, encruzilhadas de incertezas e até mesmo no fundo do poço sem ninguém para me socorrer a não ser eu mesma. Nesta escrita busco relacionar as minhas vivências urbanas cotidianas e acadêmicas em uma pesquisa (auto)biográfica, apontando relações entre minhas narrativas de vida e o conhecimento acadêmico na construção de uma (Trans)jetória artística e intelectual emancipatória como lugar de inserção e de inclusão social. Por esses entres urbanos, de formação acadêmica e de produção de conhecimento, o objeto desta pesquisa é a (auto)biografia e seu objetivo foi desenvolver uma escrita em que faço uma gira de autores e autoras em diálogo com as minhas narrativas. Assim, este trabalho revela aspectos vários, é sobre possibilidades de acesso e de como furar as bolhas de impedimento que surgem nos nossos caminhos, é sobre poder ter escolha, é sobre pensar em si e na outra, é sobre respeito, arte e educação, é sobre olhar o caminho que percorri, as rupturas que foram feitas e as oportunidades que surgiram a partir de todas essas experiências de vida. Posto isso, este trabalho “É SOBRE!”.

Palavras-chave: arte, dança, autobiografia, pesquisa narrativa.

ABSTRACT

Transgress, transcend, transmute. This triple constitutes, underlies, and gives meaning to my (Trans)jectory due to the fact that I have not lived a predetermined/defined path from my childhood to adulthood; on the contrary, my body has spent some time in darkness with no light at the end of the tunnel, in labyrinths in which some moments seemed endless, with dead ends, crossroads of uncertainties and even hitting rock bottom with no one to help me but myself. In this paper I seek to relate my urban, daily, and academic experiences in an (auto)biographical research, pointing out relations between my life narratives and the academic knowledge in the construction of an emancipatory artistic and intellectual (Trans)jectory as a place of insertion and social inclusion. Through these urban entrances, of academic formation and knowledge production, the object of this research is (auto)biography and its goal was to develop a writing in which I spin authors in dialogue with my narratives. Thus, this work reveals various aspects, it is about possibilities of access and how to pierce the bubbles of hindrance that appear on our paths, it is about being able to have a choice, it is about thinking about oneself and the other, it is about respect, art, and education, it is about looking at the path I have walked, the ruptures that were made, and the opportunities that arose from all these life experiences. That being said, this work "IS ABOUT!" .

Keywords: art, dance, autobiography, narrative research.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Flávys Guimarães com três anos de idade	23
Figura 2. Corpa em trânsito	31
Figura 3. Mãe e pai	39
Figura 4. Evento GangArt	40
Figura 5. Kiki house of A' Trois	40
Figura 6. Flávys Guimarães 31 anos	48
Figura 7. (Trans)jetórias	52

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
EU AQUI?! Quem é essa pessoa e o que ela deseja com este trabalho?	12
1 Corpa em trânsito	23
2 A arte como lugar de militância, de luta e de expressão artística	38
3 A existência da Travesti que aqui se coloca enquanto produção: a condução e a existência da vida	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	55

INTRODUÇÃO

EU AQUI?! Quem é essa pessoa e o que ela deseja com este trabalho?

A Trava-Travou. “Leia tal autor, pesquisa sobre fulano, cite sicrano, resolve no corpo, monta isso, constrói aquilo” e assim vai... Chego ao curso de Licenciatura em Dança ofertado pelo Instituto Federal de Goiás, Campus Aparecida de Goiânia, em 2017, com vivências de danças urbanas e populares, com envolvimento na militância negra e LGBTQIA+¹ e sem saber ao certo o que iria encontrar. Me expus e fui exposta a mim mesma ao longo do curso a partir das vivências teórico-práticas adquiridas no decorrer da graduação e assim escrevo este trabalho com a necessidade de me rever como aluna que foi atravessada de forma social, artística e profissional por esse curso de licenciatura.

Como pesquisadora, precisei analisar e refletir sobre as provocações e os deslocamentos vivenciados no curso de Licenciatura em Dança, pois, ao adentrar esse espaço de formação e de produção de conhecimento, eu já me fazia artista e militante de causas voltadas à minoria social negra periférica e LGBTQIA+, e, ainda assim, não tinha o olhar ampliado sobre questões filosóficas, pedagógicas, profissionais e sociais da minha vida, da minha realidade. Neste trabalho, busco relacionar as minhas vivências cotidianas e acadêmicas em uma pesquisa (auto)biográfica entendida como estratégia investigativa de cunho qualitativo, entendendo que:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (MINAYO, 2009, p.21).

¹ É um acrônimo para L= lésbicas; G= gays; B= bissexuais; T= transgêneros; Q= queer; I= intersexos; A= assexuados e + para reconhecer as orientações sexuais ilimitadas e identidades de gênero usadas pelas pessoas pertencentes a esta comunidade. Disponível em: < <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/saiba-o-que-significa-a-sigla-lgbtqia-e-a-importancia-do-termo-na-inclusao-social/> >. Acesso em: 28 Dez. 2022.

Dessa forma, por meio desta escrita exponho algumas das minhas vivências apontando relações entre minhas experiências de vida e o conhecimento acadêmico na construção de uma (Trans)jetória artística e intelectual emancipatória, por esses entres urbanos e de formação acadêmica e de produção de conhecimento.

Este trabalho é um convite a uma conversa interpessoal da qual o objeto de pesquisa é a (auto)biografia, e o objetivo foi desenvolver uma escrita em que eu faça uma gira de autores e autoras. Na Umbanda, uma gira é a reunião, o agrupamento de vários espíritos de uma determinada categoria. Neste texto a palavra “gira” tem por objetivo o agrupamento de alguns autores e autoras tendo como eixo espiralado e atravessador as narrativas de vida da minha (Trans)jetória a partir das minhas memórias.

Transgredir, Transcender, Transmutar. Essa tríplice constitui, embasa e dá significado à minha (Trans)jetória por eu não ter vivido um trajeto pré-determinado/definido desde minha infância até a vida adulta. Pelo contrário, minha corpa passou um tempo na escuridão sem direito à luz no fim do túnel, em labirintos nos quais alguns momentos pareceram intermináveis, becos sem saída, encruzilhadas de incertezas e até mesmo no fundo do poço sem ninguém para me socorrer a não ser eu mesma.

Transgredi normas patriarcais, hegemônicas brancas e heteronormativas em movimentos múltiplos de atravessamentos necessários para que a sociedade entenda que é preciso estudar para aprender, escutar para compreender e conviver para normalizar corpos dissidentes e conhecimentos adversos, os quais podem ser conhecimentos científicos, mas também ancestrais, culturais e cotidianos. Transcendi barreiras que me foram impostas desde a racialidade como preta à diversidade como mulher travesti. Portanto, eu não estou vivendo nem vou viver a minha vida contando história triste.

Transcendo quando ocupo espaços que antes nunca me receberiam, escutariam, respeitariam; transcendo quando minha única inimiga sou eu mesma e ainda assim faço as pazes com ela e torno-me invencível perante as armadilhas do mundo para me fazer cair nas estatísticas de precariedade social. A transcendência nesta corpa não tem como objetivo ser melhor que ninguém e sim uma versão melhor de si mesma dia após dia.

Transmuto porque, mesmo nos momentos de profundo silêncio ou de silenciamento, me fiz potência ao não ter medo da mudança.

Dessa forma, minha caminhada espiralada sempre foi uma (Trans)jetória e não trajetória. Evoco memórias por não caber mais em mim não me manifestar, questionar e tentar entender as estruturas racistas e transfóbicas que adoecem e matam diariamente corpos dissidentes como a minha.

Assim, recorro à escrevivência, metodologia de escrita proposta por Conceição Evaristo (2020), para materializar em escrita a narrativa urbana e acadêmica no sentido de que essa palavra:

Assume uma gama de significados nem sempre relacionados com o processo de formação lexical que nele se mostra. Morfologicamente, decorre da associação entre “escrever” e “viver” e dos sentidos permitidos pela expressão “escrever vivências” ou mesmo de escrever fatos vividos pelo eu que os recupera pela escrita (EVARISTO, 2020, p.60).

Conhece conversa de comadres?! Sim, o que proponho nesta escrita são diálogos cruzados que vão discutir sobre arte, cultura, trabalho e educação, pois, conforme Bell Hooks diz no seu livro *Aprendendo a transgredir* (2013),

A educação como prática da liberdade é um jeito de ensinar que qualquer um pode aprender. Esse processo de aprendizado é mais fácil para aqueles professores que também creem que sua vocação tem um aspecto sagrado; que creem que nosso trabalho não é o de simplesmente partilhar informações, mas sim o de participar do crescimento intelectual e espiritual dos nossos alunos. Ensinar de um jeito que respeite e proteja as almas de nossos alunos é essencial para criar as condições necessárias para que o aprendizado possa começar do modo mais profundo e mais íntimo (HOOKS, 2013, p. 25).

Assim como Hooks (2013), também vejo o saber como ferramenta que impulsiona o saber do outro e que não se limita à superficialidade do ser humano, tendo o poder não só de tocar o íntimo, mas também de nos moldar enquanto seres pensantes e produtores de conhecimento. Em diálogo com a autora, venho pensando muito sobre como seria um formato educacional e de qualidade para e com uma corpa sujeita.

Uso o termo “corpa” por não me caber mais masculinizar as palavras a todo momento e, neste especificamente, como afirmação de uma corpa travesti em transgressão a sistemas heteronormativos que não mais me representam ou me contemplam enquanto existência. Uso “sujeta”, no feminino, para feminilizar mesmo

as coisas, reafirmando a pluralidade do que é e pode ser mulher quando falamos de uma (Trans)jetória travesti circulante no mundo como SUJEITA transmutável e desobediente perante normas sociais que ferem ou silenciam minha circulação como voz, corpa e, por que não, ancestralidade.

Essa mesma corpa sujeita se torna resistência por ser dona de si e referência para outras como ela, fortalecendo-se e tendo autonomia para ser uma corpa-rua, corpa-afeto, corpa-tempo, corpa-alma e corpa-orgulho.

A escolha da pesquisa narrativa como caminho metodológico se deu porque esta abordagem entende a experiência como lugar de conhecimento, ao mesmo tempo que possibilita a apresentação de questões particulares como o lugar de fala e a solidão da mulher negra travesti desde a sua infância até a vida adulta, no mercado de trabalho artístico, na formação superior e suas configurações e, assim:

[...] enxergar a aprendizagem no âmbito de uma história de vida equivale compreender que ela é contextualmente situada e tem uma história, no que tange: a) ao relato de vida do indivíduo; b) à história e trajetórias das instituições que oferecem oportunidades de aprendizagem e c) às histórias das comunidades e aos locais onde ocorre a aprendizagem informal (MARTINS; TOURINHO; SOUZA, 2017, p. 43).

Esta pesquisa acontece não apenas para compreender o que me inquieta ou me contempla, mas para questionar sistemas e estruturas excludentes que insistem em existir na contemporaneidade sinalizando que o lugar de pessoas pretas, periféricas, transvestigêneres² é no subemprego, no tráfico de drogas, encarceradas, em situação de rua ou na prostituição. Neste trabalho se encontra mais uma corpa sujeita entre milhares marcando território e saindo da trincheira na qual a heteronormatividade nos coloca, para poder contra-atacar essa escória se dizendo referência para a sociedade. Que sociedade é essa? Feita para quem? E a que custo?

As (Trans)jetórias e memórias expostas e discutidas nesta escrita é para que narrativas transvestigêneres sejam cada vez mais discutidas dentro e fora da academia de modo que normalizem e respeitem nossas histórias e aprendam com elas também, não como historiadores/as, mas, a princípio, como ouvintes a aprender.

² Termo cunhado pela vereadora Erika Hilton e pela ativista Indianara Siqueira para abarcar todas essas identidades, homens e mulheres trans, travestis, pessoas trans não binárias, pessoas que fogem do CISTema normativo. Disponível em: < <https://apublica.org/2022/01/erika-hilton-e-a-resistencia-transvestigenere-no-poder/> >. Acesso em: 28 Dez. 2022.

Nesse sentido, podemos dizer que narrativas são relatos de experiências que servem não apenas para comunicar, mas, principalmente, para refletirmos sobre a experiência vivida (MARTINS; TOURINHO, 2017). E, continuando essa prerrogativa, os autores enfatizam que,

[...] somos seres contadores de histórias, histórias que contamos para nós próprios e para os outros, implicando em narrativas imiscuídas de histórias cruzadas sobre vida, educação, literatura, artes e, por que não dizer, da própria vida (MARTINS; TOURINHO; SOUZA, 2017, p.169).

O paralelo das minhas vivências cotidianas com a instituição acadêmica será questionado e discutido por aqui como pilares na construção de um diálogo, entendendo a linguagem como mecanismo de transformação, e também de manutenção de poder e como moeda de troca, pois, como diz o provérbio de Exu, “quando não há troca é roubo” (PRANDI, 2001).

Lembrando que a formação humana não é constituída somente por estudos acadêmicos, mas, também, por vivências e práticas cotidianas. Logo, para chegar no lugar de existência que ocupo nos dias de hoje, trilhei caminhos, passando por experiências nas danças populares e urbanas, sendo algumas dessas: catira, capoeira, dança afro, *hip-hop*, *break*, *voguing*, *dancehall*, entre outras, de modo que a vivência com cada uma dessas estéticas de dança e de cultura compuseram a artista que sou hoje.

Para organizar a narrativa, este trabalho é dividido em três capítulos, sendo o primeiro deles intitulado “Corpa em Trânsito”, capítulo no qual me re-busco na infância, na adolescência, no início da vida adulta e nas minhas experiências acadêmicas num emaranhado de conflitos com a minha racialidade, minha performatividade de gênero e existência como uma corpa negra travesti e periférica. É um capítulo que expõe feridas que ainda estão abertas, mas que também demonstra processos de cura a partir das inúmeras tentativas da autora de se entender enquanto existência.

No segundo capítulo, “A arte como lugar de militância, de luta e de expressão artística”, falo de como me formei artisticamente e de como foi importante cada vivência que tive dentro dos projetos sociais quando criança, do movimento negro e do movimento LGBTQIA+ quando adulta e, de produtora cultural e educadora como acadêmica em um curso de Licenciatura em Dança no IFG - Campus Aparecida de Goiânia.

No terceiro e último capítulo, intitulado “A existência da travesti que aqui se coloca enquanto produção: a condução e a existência da vida”, falo sobre questões ligadas ao meu processo de transição, os percalços que enfrento na construção de existências, trago também reflexões sobre a solidão da mulher travesti negra, bem como sobre mecanismos de defesa e de autocuidado que precisamos ter na comunidade travesti.

O pontapé do embasamento teórico desta pesquisa se deu nas leituras dos livros *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade* da Bell Hooks (2013), *O pacto da branquitude* de Cida Bento (2022) e *O que é lugar de fala?* de Djamila Ribeiro (2017). Além dessas referências, serão convidadas outras autoras/es a fazer parte desta gira no caráter de exercitar o pensamento crítico e que estão apontados na bibliografia.

A pesquisa começa com o primeiro mergulho em mim mesma e com autoras/es a partir da gira teórico-reflexiva proposta nesta pesquisa narrativa em que escolho o livro de Bell Hooks (2013) para compor a estrutura desta escrita que me atravessa de tantas formas transversais. Ainda não tenho um argumento concreto para definir o tamanho da importância da sua metodologia de ensino e acredito que jamais terei a concretude do que essa mulher é e representa para a educação formal/informal contemporânea.

A partir de uma educação multicultural como prática da liberdade e da emancipação intelectual pela práxis, ela rompe o modo quadrado de ensino e convida o alunado a diálogos de igual para igual, fazendo do aprendizado uma via de mão dupla em que a aluna aprende, mas também ensina a partir das suas narrativas e experiências de vida em diálogos interpessoais nos quais as palavras hiper elaboradas e difíceis de entender perdem espaço para dialetos do cotidiano que de fato são a linguagem do povo, da população à margem da elite academicista. Nesse sentido, está na hora de refletirmos sobre o lugar da educação inalcançável, inatingível, em que sabemos quais recortes sociais conseguirão alcançar com êxito os saberes de linguagem acadêmica assentados numa perspectiva eurocêntrica de ensino e na qual a voz que ensina majoritariamente é a branca, num molde único de produção de conhecimento.

Falar de multiculturalismo na teoria não é a mesma coisa que aplicá-la de fato em sala de aula, é por isso que é tão importante que o “ser branco” seja estudado, compreendido, discutido para todos aprenderem que a afirmação do multiculturalismo

é uma perspectiva imparcial e inclusive pode e deve estar presente mesmo na ausência de pessoas de cor (HOOKS, 2013).

Eu me cobro muito pela educadora que estou me tornando, pois a minha educação foi negligenciada. Eu vivo os efeitos colaterais dela no meu dia a dia quando uma professora me pede um resumo ou um fichamento de algum livro ou artigo e me confundo sobre a diferença de uma coisa com a outra. Tenho dificuldade em interpretação de textos, já que nunca foi do meu hábito o acesso à leitura, mesmo que todas as escolas nas quais estudei tivessem biblioteca. Aquele espaço estava do meu lado e eu não sabia como usá-lo. Estar à frente de livros sem saber como usá-los é a mesma coisa de estar à frente de uma pilha de folhas brancas sem significado algum. Então ressignificar a educação para mim, não apenas pelos exemplos de Bell Hooks, é oportunizar ao meu futuro alunado, seja no ensino formal, seja no informal, um aprendizado transversal, humanizado e colaborativo, estudando e aplicando estratégias possíveis de metodologia de ensino para que de alguma forma o conhecimento crítico/reflexivo chegue e faça morada no aprendizado dessas pessoas. Com critérios de pesquisa qualitativa, a partir das narrativas da realidade da pesquisadora e pelos atravessamentos de uma instituição federal, trago nesse diálogo interpessoal a escritora Cida Bento (2022), a qual denuncia e questiona a universidade como reprodutora de normas e moldes da branquitude³ através do pacto narcísico, que foi um acordo não verbalizado, mas que mantém o mesmo segmento masculino e branco no poder das diversas esferas sociais e institucionais, criando um jogo que só um time ganha, pois ele exclui quem não faz farte desse grupo/raça. A autora Bento (2022), destaca ainda uma grande lacuna no discurso dos brancos referente à comunidade negra. Algo como “não vê, não sabe, não conhece, não convive”. Em termos cognitivos, há um embotamento na capacidade de apreender e aprender com o outro.

Sendo assim, acontece esse movimento de divisão de raças e classes evidenciando e afirmando de forma velada e maquiada o racismo estrutural. O herdeiro branco se identifica com outros herdeiros brancos e se beneficia dessa herança, seja concreta, seja simbolicamente; em contrapartida, tem que servir ao seu grupo, protegê-lo e fortalecê-lo (BENTO, 2022). Esse mesmo pacto alicerça as desigualdades e inclusive sustenta a palavra meritocracia como se vivêssemos em

³ Em sua essência, diz respeito a um conjunto de práticas culturais que são não nomeadas e não marcadas, ou seja, há silêncio e ocultação em torno dessas práticas culturais (BENTO, 2022).

uma sociedade de mérito no sentido de que, quanto mais trabalharmos ou estudarmos mais, chances e oportunidades teremos na vida, mas quem vem de baixo, das margens da sociedade economicamente falando, sabe que a realidade não é sobre o quanto se faz.

A branquitude que não abre mão dos seus privilégios e tem medo de perder o poder é a mesma que continua não oportunizando que comunidades que se encontram à margem, resistindo e persistindo dia após dia pelos seus direitos, ocupem com equidade o centro social — como as comunidades negras, quilombolas, indígenas, LGBTQIA+ entre outras — para que sigamos um caminho menos desigual neste país. No entanto, a academia terá que lidar comigo, corpa travesti produtora de conhecimento, assim como a heteronormatividade branca e afins. Nossas histórias e filosofias de vida não são as mesmas, o que não significa que uma tenha maior valor que a outra.

Para fechar esse embasamento teórico, trago a autora Djamila Ribeiro (2017) para diálogos envolvendo a desigualdade social, a opressão de gênero, o racismo e reflexões envolvendo o silenciamento do povo negro. Sendo uma filósofa, feminista negra e escritora, a trago para compor minhas reflexões, a partir do seu livro *O que é lugar de fala?*, no qual ela traz um panorama histórico sobre as vozes que foram historicamente silenciadas não no sentido de não falar, mas no sentido de não terem suas vozes e reivindicações escutadas e legitimadas, como as vozes do povo da periferia, que historicamente ocupa o lugar do subemprego por uma estrutura social que os quer e precisa deles ali movimentando a economia do país. As vozes dos semianalfabetos, pessoas em situação de rua entre outras vulnerabilidades sociais. Quem os escuta? Quem os ouve? Quem me ouve?

É preciso compreender, portanto, que pessoas pretas e periféricas não acadêmicas também são potência e produzem tecnologia; se assim não fosse, o patriarcado, sobretudo branco, heteronormativo e eurocêntrico, não insistiria em conservar mecanismos que mantêm essas pessoas à margem da sociedade e as subalternizam.

Sobre alguns compadres e algumas comadres que estarão na nossa gira de conversa, tenho a felicidade de trazer três escritoras pesquisadoras incríveis, mulheres travestis que me fazem sentir um pouco menos desconfortável neste ambiente acadêmico de produção de conhecimento por serem corpos dissidentes iguais a mim e que lutam diariamente por voz e espaço.

Apresento a vocês a primeira pesquisadora, Ariane Moreira de Senna⁴, formada em Psicologia pela União Petropolitana de Salvador (UNIME) e mestra em Estudos Étnicos e Africanos pelo Centro de Estudos Afro-Orientais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Dela, trago para este trabalho a dissertação “A solidão da mulher trans, negra e periférica: uma (auto) etnografia sobre relações socioafetivas em uma sociedade cisheteropatriarcal” (SENNA, 2021), na qual ela aborda de forma autobiográfica suas vivências, e também vivências de outras três mulheres trans negras e periféricas de Salvador (BA), desde suas relações afetivas da infância até a vida adulta.

É de extrema importância a sociedade entender que nós mulheres Trans/Travestis somos singulares em nossas histórias de vida e plurais enquanto coletivo que luta por equidade social nos possibilitando viver minimamente de forma digna, gozando dos nossos direitos civis como toda a comunidade cisheteropatriarcal vive. Dialogando com minha análise, a pesquisadora Ariane Moreira de Senna aponta:

Torna-se imperiosa a reflexão sobre as desigualdades sociais vivenciadas por nós, Mulheres Trans e Travestis, a partir de nosso próprio ponto de vista. Não que sejam inválidas as contribuições de pessoas cisgênero, entretanto, o giro decolonial exige a participação de sujeitas, historicamente objetos de pesquisa, na análise de suas existências (SENNA, 2021).

A segunda mulher travesti babadeira⁵ que irá compor este girar é a artista, pesquisadora e psicóloga Castiel Vitorino Brasileiro⁶, graduada em Psicologia na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e mestra em psicologia clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC – SP). É reconhecida pelos seus trabalhos artísticos envolvendo cultura negra, espiritualidade e sexualidade questionando a normatividade de gênero na contemporaneidade. Dela, o trabalho específico que irá compor minha escrita é o *Modos de descolonizar: o trauma é brasileiro* (BRASILEIRO, 2021), no qual ela aborda de forma escrita e visual temas como o racismo, colonialismo e a própria descolonização do sujeito, o autocuidado e os métodos de proteção e de cura para comunidade Trans/Travestis, sobretudo as

⁴ Disponível em: < <https://www.escavador.com/sobre/4785042/arivan-moreira-de-sena> >. Acesso em: 06 Jan. 2023.

⁵ Gíria referente a algo que é muito bom, ou uma pessoa muito boa no que faz/produz. Disponível em: < <https://www.dicionarioinformal.com.br/significado/babadeira/3478/> >. Acesso em: 10 Jan. 2023

⁶ Disponível em: < https://pt.wikipedia.org/wiki/Castiel_Vitorino_Brasileiro >. Acesso em: 06 Jan. 2023.

negras, entendendo que “O apagamento colonial-racista se processa nesse despojamento dos pontos de referência, isto é, na demolição dos outros mundos para a imposição de um só: o do branco colonizador” (BRASILEIRO, 2021).

É por esse motivo e por outros milhares que as poucas mulheres travestis pretas e periféricas que ocupam o campo acadêmico precisam compreender a linguagem do colonizador não para se igualar a ele, mas fazer com que compreendam que por mais que seus ancestrais tivessem tentado apagar nosso passado e histórias nos apagando dos livros de história ou até mesmo roubando nossos sobrenomes para colocar o sobrenomes deles enquanto proprietários de nossas corpos, ainda assim nos ressignificamos e exercitamos o hábito de recontar nossas memórias e (Trans)jetórias de vida. A criação da negritude enquanto negativo da branquitude tem por imperativo o esquecimento, por isso a importância da memória (BRASILEIRO, 2021).

E a terceira é a Agrippina Cândido Viegas Pequeno⁷, estudante de História da Arte pela Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro e artista produtora de obras de caráter performático, videográfico e fotográfico com ênfase nas questões de gênero e suas subjetividades. Para este trabalho trago um texto ensaio de Pequeno (2017) “Corpos em trânsito: Corpos transvestigeneres e o espaço público” em que ela pontua o quanto é complicado transitar nos espaços públicos e privados sem chamar o mínimo de atenção só por ser uma mulher Trans/Travesti e como muitas vezes precisamos ser pacientes no sentido de educar a heteronormatividade que não está entendendo ou não quer entender que cada vez mais estaremos circulando nos mesmos espaços que eles e até ocupando seus lugares de poder. Assim como Pequeno (2017), quero procurar amparo para minhas palavras na voz das travestis que estão dentro da academia, mas também nas que estão fora, que são ainda, infelizmente, maioria.

Como trocar vivências travestis e conhecimento sobre a comunidade negra é o forte do trabalho, também compõe essa gira *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano* (KILOMBA, 2019), de Grada Kilomba, psicóloga, multiartista e escritora. A referida obra fala sobre o racismo cotidiano vivenciado por mulheres negras, promove reflexões sobre o colonialismo e traz discussões envolvendo a área do conhecimento científico e a linguagem como campos de disputas sociais. Identifico-

⁷ Disponível em: < <https://www.escavador.com/sobre/12207974/matheus-candido-viegas-pequeno> >. Acesso em: 06 Jan. 2023.

me com este trabalho de Grada por também ser autobiográfico, no qual ela expõe tanto suas questões existenciais relacionadas ao racismo enquanto estrutura social, quanto o lugar da mulher negra na sociedade ou o não lugar, assim como os impactos do colonialismo como um dos elementos fundantes das desigualdades de raças e gênero, sobretudo a invisibilidade da população preta.

Outra referência que é chamada a esta pesquisa é *A sociedade desigual: Racismo e branquitude na formação do Brasil* (THEODORO, 2022), de Mário Theodoro, o qual tem um papel muito importante neste trabalho por ser um economista brasileiro e professor. O livro tem como centralidade questões envolvendo o racismo na construção e no desenvolvimento da sociedade brasileira, tornando-se importante neste contexto, pois, para falar de dança e do mercado de trabalho com recorte na população negra e periférica, é preciso compreender como a estrutura mercadológica se organiza e como pensa o mercado.

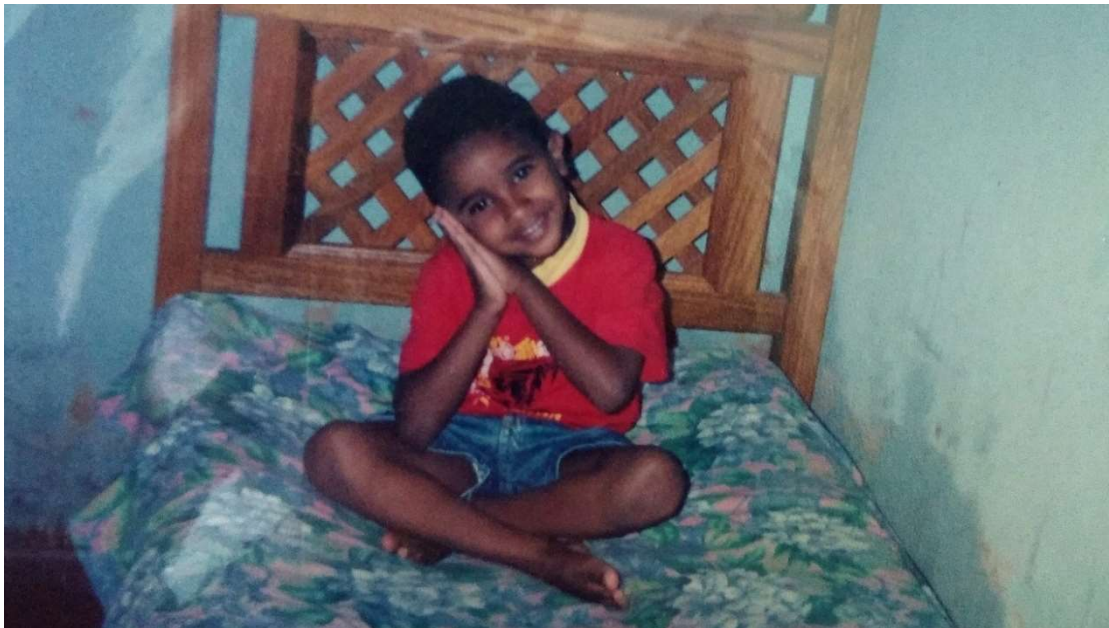
Por fim, o texto *A árvore do esquecimento e as tentativas de destruição da memória afro diaspórica*, de Moreira⁸ e Pereti⁹ (2020), contribui com este trabalho à medida que aborda algumas práticas mantidas pelos traficantes de corpos negros para que o povo retirado de África esquecesse seu passado, sua origem, para então se tornarem pessoas escravizadas pelos colonizadores de terras e de corpos negros.

⁸ Rodrigo Birck Moreira. Disponível em: < <https://www.escavador.com/sobre/8216794/rodrigo-birck-moreira> >. Acesso em: 06 Jan. 2023.

⁹ Emerson Pereti. Disponível em: < <https://www.escavador.com/sobre/554855/emerson-pereti> >. Acesso em: 06 Jan. 2023.

1 Corpa em trânsito

Figura 1. Flávys Guimarães com três anos de idade



Fonte: Acervo pessoal (1994)

O que você vê quando olha essa imagem?

Vou te dizer o que eu vejo

Vejo uma criança doce, gentil, amorosa e ingênua

Vejo uma criança que nunca imaginaria o quanto as pessoas seriam cruéis com ela

Uma criança que se perdeu de si mesma várias vezes mesmo sem querer

Uma criança que dela foi roubada sua doçura, amor e ingenuidade. É que mesmo assim ela insiste em tomar de volta

Uma criança que amadureceu cedo por falta de escolhas ou de oportunidades

Amadureceu pela cobrança e pela maldade do outro

Mas nem por isso ela inverteu o papel de oprimida pelo de opressora

Ela ainda acredita na mudança das pessoas e dela mesma

Ela ainda acredita em si mesma, e é isso que a mantém de pé, vivona e pirraçando um sistema social que já conseguiu matar várias ao seu redor, e mesmo anestesiada pela dor ela continua a caminhar entre dor e ódio na busca da paz que já se tornou utópica em uma sociedade que transborda desamor

Sempre gostei de dançar e me expressar a partir dos movimentos do corpo, porém, desde criança escutava das pessoas adultas, sendo familiares e amigos de familiares, o quanto eu era afeminada e como a tonalidade preta da minha pele os incomodava. Todas aquelas falas foram fazendo com que eu me visse em um corpo outro, em um corpo que não era o meu. O mesmo aconteceu com a cor da minha pele. Passei minha infância e adolescência renegando a minha racialidade, não por mim, mas pelos absurdos que eu era obrigada a escutar em se tratando de raça e gênero,

a ponto de eu ter baixa autoestima no sentido de não me sentir bonita, não gostar de tirar fotos, querer ficar mais quietinha. Também me tornei uma criança agressiva como autodefesa de piadinhas, apelidos e até mesmo assédios sexuais, me fazendo entrar num abismo de sofrimento e solidão profundos, em que tive problemas na minha alfabetização por não conseguir aprender com a mesma velocidade que a turma, devido aos diversos bloqueios emocionais.

Então, nesse contexto, a professora pediu para que minha mãe me levasse em uma psicóloga. Tive acompanhamento por quase dois anos, mas que, francamente, naquele tempo, pouco me ajudou, e eu silenciosamente tinha um sentimento contínuo de não pertencimento a esse mundo. Trago este breve depoimento, pois vocês precisam saber o quanto é sofrido e solitário viver uma infância sem identidade. Esses sentimentos são bem colocados por Senna (2021), quando afirma que

O sofrimento e a solidão na infância refletem a semelhança de uma característica única como enfrentamento nessa nova etapa de nossas vidas: a (re) existência do ter que inventar e se reinventar para driblar as primeiras violações na infância e permanecer em um (não) lugar em que pudéssemos vivenciar nossas infâncias, mesmo que longe da socialização de outras crianças e do direito ao lazer (SENNA, 2021, p. 52).

Devido àqueles insistentes comentários ao longo da infância, entrei num processo de perda de identidade, embranquecendo meus pensamentos em uma prática de renegar minhas origens periféricas, minha racialidade como pessoa negra e minha performatividade de gênero como mulher travesti, engessando meu jeito natural de ser pela obrigatoriedade de seguir padrões normativos que a sociedade e a religião cristã protestante, de mim exigiam. Escrevo e exponho esse relato, pois quantas de nós não se encontram nesse lugar de corpa em trânsito na dor, nos reencontros consigo mesmas e na cura de feridas que parecem nunca cicatrizar? Nesse caminho, Hooks reflete que

A criança ferida dentro de muitos homens é um menino que, da primeira vez que falou suas verdades, foi silenciado pelo sadismo paterno, por um mundo patriarcal que não queria que ele reivindicasse seus reais sentimentos. A criança ferida dentro de muitas mulheres é uma menina que foi ensinada desde os primórdios da infância que deveria se tornar outra coisa que não ela mesma e negar seus verdadeiros sentimentos, para atrair e agradar os outros (HOOKS, 2021, p. 91).

Demorei um tempo até me reencontrar e me afirmar pessoa preta, já que mesmo tendo familiares que eram pessoas pretas, pouco conseguia tê-los como referência pela falta de autoafirmação dos meus familiares. Certa vez, eu, com meus 16 anos de idade, escutei uma tia, mulher negra, falando para seu filho “mestiço branco” que não era para ele beijar/namorar meninas negras, pois ela já tinha demorado demais para clarear a família. A fala dessa tia minha nunca saiu da minha cabeça, ao mesmo tempo que passei anos da minha vida sem me envolver amorosamente/sexualmente com pessoas negras pelos vários bloqueios sociais que tive ao longo da minha infância e adolescência. Hoje percebo que, por mais que minhas últimas duas gerações não tenham passado pelo ritual da árvore do esquecimento¹⁰...

Todos sabemos que o estupro foi brutal e implacável. A primeira medida do escravagista direto ou indireto era produzir o esquecimento do negro, esquecimento de seus lares, de sua terra, de seus deuses, de sua cultura, para transformá-lo em vil objeto de exploração. Esse estupro cultural teve transformação para sempre apresentar-se mascarado. O negro, esquecido na sua condição propriamente humana, era objeto de estudo da Antropologia no sentido de medir as dimensões de sua cabeça, de sua condição fálica, de seus instintos, de seu comportamento reflexo. Ao estupro do esquecimento, dirigido às origens, sucedeu a chamada aculturação, outra forma sinistra de cortar os laços religiosos e culturais com as mesmas origens. (NASCIMENTO, 1997, p. 159-160 apud MOREIRA, Rodrigo Birck; PERETI, Emerson. 2020, p. 3).

O efeito colateral da escravização dos meus antepassados ainda se refletem na minha família por meio da falta de conhecimento, de acesso e de oportunidades. Não culpo meus pais em nenhum momento pela falta de comunicação sobre assuntos pertinentes à raça, gênero e sexualidade, entendendo que no final das contas todos nós fomos e estamos sendo vítimas de um sistema racista, capitalista, sexista e

¹⁰ Neste lugar se encontrava a árvore do esquecimento. Os escravos homens deviam dar nove voltas em torno dela. As mulheres sete. Depois disso supunha-se que os escravos perdiam a memória e esqueciam seu passado, suas origens e sua identidade cultural, para se tornarem seres sem nenhuma vontade de reagir ou se rebelar. Que aberração! Que contradição! Na história humana alguém já viu um nagô esquecer suas origens e sua identidade cultural, se ela está tão marcada em seu rosto e tão incrustada em seu coração? Mas ele não esquecia nada, porque quando chegava lá recriava suas divindades, mas na metafísica daqui o esquecimento devia segui-lo, pois se não esquecesse ele poderia amaldiçoar o país. Ora, o rei não queria jamais que os escravos o amaldiçoassem. Cerimônias eram feitas para terminar com as maldições. Saindo da boca de alguém que morre ou de alguém que parte para sempre essas maldições eram temíveis, segundo nossa ideologia religiosa. E então rezavam pelos escravos na praia para que eles fizessem uma boa viagem. (ATLÂNTICO NEGRO, 1998, 15min54s)

higienista o qual utiliza a não informação ou a informação distorcida como engrenagem para sabotar o acesso ao conhecimento histórico-social de comunidades pretas, indígenas, quilombolas e periféricas do nosso país.

A eugenia tornou-se a justificativa para expandir e alocar recursos educacionais. Práticas curriculares e extracurriculares casaram-se à eugenia em formas que continuam a ecoar hoje. Os eugenistas consagravam seus objetivos como o ideal de uma 'raça brasileira'. A raça era um processo em desenvolvimento - uma etnicidade comum a que todos os brasileiros iriam pertencer assim que removessem as condições culturais e higiênicas inferiores. Os professores ensinavam aos alunos que ser parte da raça era a chave para a cidadania e o sucesso. Na prática, isso significava o branqueamento comportamental: ou seja, descartar as práticas culturais africanas e indígenas. (idem, p.54 apud MOREIRA, Rodrigo Birck; PERETI, Emerson. 2020, p. 9).

Entre dezenove e vinte anos de idade começo a adentrar ambientes que discutem com mais profundidade questões culturais, raciais e de gênero, como grupos de militância negra e militância LGBTQIA+, tendo também contato direto com religiões de matrizes africana como Umbanda e Candomblé, danças afro-brasileiras e urbanas, num processo de retomada identitária e de ancestralidade. A princípio foram ambientes nos quais circulei de forma despretensiosa sem perceber que o trânsito por esses lugares se tornaria processos de cura e de reencontros do meu eu perdido na infância.

Ribeiro aponta que “falar de racismo e de opressão de gênero, é visto geralmente como algo chato, “mimimi” ou outras formas de deslegitimação. A tomada de consciência sobre o que significa desestabilizar a norma hegemônica é vista como inapropriada ou agressiva porque aí se está confrontando poder (RIBEIRO, 2017, p. 79). Em minha experiência, a tomada de consciência se deu à medida que fui me integrando aos movimentos sociais Negros e LGBTQIA+ e entendendo melhor sobre questões que envolviam esses recortes sociais dos quais faço parte.

A partir dessas vivências percebi que, para confrontar o poder, é necessário observar o sistema educacional que foi criado para entendermos quem tem e quem não tem direito à educação de qualidade, e digo educação de qualidade na realidade em que “A linguagem, a depender da forma como é utilizada, pode ser uma barreira ao entendimento e criar mais espaços de poder em vez de compartilhamento, além de ser um – entre tantos outros – impeditivo para uma educação transgressora”

(RIBEIRO, 2017). Não tive diálogos sobre raça, gênero e sexualidade de forma sensata em casa, na sala de aula ou outro âmbito educacional no qual eu estivesse durante minha infância e adolescência. Assim, faz todo sentido o que Djamila Ribeiro afirmou no trecho citado, pois dependendo da forma que se transmite conhecimento a outra pessoa, pode-se estar emancipando-a ou aprisionando-a de si mesma.

A lei 103, de 2012, propõe ações para a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual, de modo que, apesar de tímidas, aparece no subitem da meta 3: “3.12) implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito e discriminação racial, por orientação sexual ou identidade de gênero, criando rede de proteção contra formas associadas”. Tal menção representa um enfrentamento às discriminações contra pessoas negras, periféricas e LGBTQIA+ nos documentos oficiais nacionais, assim, mesmo sendo um conjunto de ações ainda tímidas, as propostas precisam ganhar mais espaço de debate, mais esforços devem ser empenhados e evidenciados para a garantia de direito ao acesso à escola e à permanência nela deste alunado. De acordo com Senna (2021), a evasão escolar é um termo para mascarar muitas violências que ocorrem dentro dos contextos educacionais e serve como um instrumento para culpabilizar o(a) aluno(a) por sua saída desses ambientes.

Entre trancos e barrancos, concluído o Ensino Fundamental e o Ensino Médio através da EJA (Educação de Jovens e Adultos), espaço marcado como de acolhimento de sujeitos com distintas trajetórias de exclusão e marginalização, volto para a escola já na minha fase adulta, pela pressão e opressão social por oportunidades no mercado formal de trabalho que nos lê como aptos ou inaptos a partir do nível de escolaridade que temos. Nas entrevistas de emprego, meu grau de escolaridade sempre era questionado por quem me entrevistava, inclusive escutei algumas vezes que “nos dias de hoje até para varrer chão precisava de ensino médio completo”, expressão essa sempre utilizada para diminuir determinada classe trabalhadora ou inferiorizar alguma profissão específica.

Volto aos estudos tendo consciência de que os que mais trabalham, menos podem dizer, pois os dominadores mantêm o monopólio da palavra e do poder. Sendo assim, os que lutam para ocupar os espaços sociais de poder precisam de suporte não só prático, mas teórico/prático, ou seja, pela práxis. Desta maneira fez-se imprescindível a volta para as salas de aula em busca de um saber que tenha como

perspectiva, a educação de libertação autêntica e emancipatória. Nesse sentido, falo de educação em sala de aula com abordagens que dialoguem com a minha realidade e que me aproximem de exercícios que me provoquem a questionar a saúde, educação, economia, política entre outros mecanismos que envolvem a nossa engrenagem social, pois “a libertação autêntica, que é a humanização em processo, não é uma coisa que se deposita nos homens. Não é uma palavra a mais, oca, mitificada. É práxis, que implica na ação e na reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo” (FREIRE, 1987).

O saber não pode ser uma coisa inalcançável, muito pelo contrário, está nas mãos dos educandos aproximar e mesclar esses saberes com a realidade em que se localiza, seja ela burguesa ou proletariada. Desta vez ao adentrar a sala de aula me senti mais acolhida e hoje compreendo que essa sensação se deu pelo fato da EJA promover uma educação pelos sentidos, pela arte e pela experiência vivida, experiências estas que também nos ensinam a enfrentar os preconceitos cotidianos e nos fazem mais fortes na certeza dos objetivos que traçamos e das metas a serem alcançadas em nossas vidas e trajetórias.

Nessa luta da sobrevivência e da busca pelo saber, concluo meus estudos do Ensino Médio no ano de 2012. Pegar a minha documentação de conclusão foi uma alegria tão grande que ali mesmo prometi a mim mesma que nada nem ninguém iria me parar novamente. Deixei de duvidar do meu potencial e passei a investir em tempo de estudo para o meu conhecimento. Eu já tinha me silenciado por tantos momentos na minha vida por acreditar não ser uma corpa possível que, daquele momento em diante, prometi a mim só me calar para escutar quando necessário, e não me rebaixar para mais ninguém. Chega de colocações determinadas por quem está no topo para quem está na base da pirâmide social. Nossa conversa agora é de forma transversal, pois só assim conseguimos compreender nossas desigualdades sociais para trabalhar num desmonte coletivo e nas reconstruções cabíveis para uma sociedade possível de equidade e descolonização racial¹¹, na busca da emancipação de saberes e críticas sobre a história e sobre a atualidade.

Para a descolonização do conhecimento acontecer, precisamos nos localizar como corpas no mundo para assim compreender e confrontar as desigualdades

¹¹ Descolonização refere-se ao desfazer do colonialismo. Politicamente, o termo descreve a conquista da autonomia por parte daquelas/es que foram colonizadas/os e, portanto, envolve a realização da independência e da autonomia (KILOMBA. 2019. p. 114).

sociais. A colonização é um projeto pensado e executado com sucesso, historicamente silenciando outras culturas, principalmente a cultura de matrizes africanas, criando diferenças pautadas na invenção de raças. Grada Kilomba (2019) diz que estamos lidando aqui com um estado de luto colonial, já que o sujeito branco se sente incrédulo e indignado porque as/os “Outras/os” raciais podem se tornar iguais a ele. E isso não se dá só na Alemanha, que é de onde ela escreve. Percebo que nós, pessoas negras em diáspora, estamos cada vez mais acordando e nos articulando entre a gente na busca de uma reconstrução da sociedade como um todo. Em pleno século XXI, a população negra na sua grande maioria ainda é aprisionada pelo colonialismo. Logo aqui o trabalho para descolonização acontece a passos de formiguinhas, mas que de uma em uma fazemos coletivas na disputa desigual e desleal da nossa sociedade.

Foi com passos de formiguinha que prossegui estudando na minha casa com o objetivo de transpassar os portões de uma universidade. No ano de 2012 eu sonhava em ser bombeira militar. Sempre gostei da área da saúde e tinha minha mãe dentro de casa como exemplo, pois ela já tinha deixado de trabalhar como doméstica e exercia a função de técnica em enfermagem, profissão que também começou ser uma vontade minha. Então sempre tive isto comigo: o desejo de ajudar as pessoas. Com isso entrei em uma universidade para cursar Gestão de Segurança Pública, curso que iria me dar base para prestar concursos públicos da área em que eu almejava trabalhar. Com muito esforço e intercalando o curso com dois serviços formais, um diurno e um noturno, consegui me formar e ser a primeira pessoa da minha família com um curso superior, pois até então meu pai não tinha estudos e minha mãe era técnica em enfermagem.

Ao pegar o diploma, aumentou minha sede do saber e o de conquistar outras fronteiras. Não consegui prestar concurso para área militar, então, intercalando com os meus trabalhos, comecei a estudar para o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), pois sabia que não conseguiria pagar outro curso em faculdade particular, então se fosse para eu continuar estudando, eu precisava passar em uma instituição pública. Tentei a primeira vez e fui infeliz, pois minha nota foi muito baixa; tentei a segunda e concorri para fisioterapia pela UFG – Campus Jataí, o que não deu certo. Na terceira vez, depois de várias mudanças na minha vida, tentei Licenciatura em Dança no IFG – Campus Aparecida de Goiânia e consegui ser aprovada.

O que eu tiro de aprendizagem no ENEM, depois de todas as maratonas, ano após ano tentando uma vaga numa instituição pública de educação superior, é que ele não é uma prova para provar nossos conhecimentos gerais no âmbito escolar, e sim escancarar a deficiência que temos no ensino desde a pré-alfabetização até os últimos anos do Ensino Médio. É muito irônico, na entrega de notas do ENEM, ter reportagem com alunos nota dez, os quais quando perguntados sobre qual escola estudavam e o tempo de estudo diário sempre são alunos de classe média alta cujo único compromisso diário é estudar. Daí, por outro lado, as reportagens pegam aquela única pessoa destaque dentro da periferia que conseguiu tirar uma boa nota para representar todas as outras que não conseguiram, e que não conseguiram não por falta de competência, mas sim por falta de suporte social.

É impossível a gente falar de igualdade e em um país igualitário quando crianças de classe média alta têm 100% de tempo de se preparar para uma prova enquanto nossas crianças de periferia dividem esses 100% em, 50% de estudos, 30% no emprego de menor aprendiz — pois desde a adolescência têm que trabalhar para ajudar nas contas dentro de casa —, 10% para ajudar os pais ou muitas vezes a mãe solo no cuidado com irmãos mais novos e os outros 10% para a organização do próprio lar como limpeza, refeição e tudo que envolve o cotidiano de uma casa. Daí eu pergunto: qual foi o tempo que sobrou para essa jovem rever seus estudos, descansar ou até mesmo se permitir refletir sobre suas atividades diárias? Nenhum. Assim que ela já se encontra totalmente descarregada dos seus 100%, é hora de dormir, pois no próximo dia tudo irá se repetir e repetir e repetir como máquinas que somos. Então, sim, quando uma pessoa negra e periférica entra em uma instituição de ensino superior há motivo dobrado de se sentir orgulhosa de si. Mais ainda, sobreviver dentro deste espaço é provar a si mesma que ninguém te libertou das algemas sociais contemporâneas a não ser você mesma e a sua ânsia de reparação histórica.

Figura 2. Corpa em trânsito



Fonte: Acervo pessoal.

Não enlouqueci, não morri e persisto contrariando as estatísticas.

Entrei no curso de Licenciatura em Dança do IFG - Instituto Federal de Goiás, Campus Aparecida de Goiânia, em 2017, no qual os primeiros anos como estudante foram de muito esforço, dedicação e estudos para me adequar às normas de ensino da instituição e minimamente conseguir me manter nela. Me vi correndo contra o tempo para poder aprender várias coisas, pois eu acabava de adentrar um ambiente novo que me ofertava oportunidades, mas que também exigia de mim um esforço para o qual eu não estava preparada. Mas quem está preparada para alguma coisa?! Quem nasce pronta?! E na arte de me reinventar, reconheci que o meu não saber intelectual no âmbito acadêmico me desafiava diariamente, num espaço em que o meu único objetivo era aprender o máximo que eu pudesse a partir das disciplinas ofertadas pelo curso para que assim eu me profissionalizasse cada vez mais como multiartista.

De acordo com o P.P.C – Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Dança, um dos princípios do curso é ofertar uma educação emancipadora e transformadora fundamentada em uma visão crítica de mundo. Sobre a visão crítica, eu, enquanto aluna, demorei pouco mais de dois meses para contar quantos alunos/as/es negres ocupavam esse lugar de emancipação e acesso a uma educação de qualidade que utiliza o seu ensino como prática da liberdade. Sobre a educação como prática de liberdade nas universidades, Hooks (2013) indica que

Se examinarmos criticamente o papel tradicional da universidade na busca da verdade e na partilha de conhecimento e informação, ficará claro, infelizmente, que as parcialidades que sustentam e mantêm a supremacia branca, o imperialismo, o sexismo e o racismo distorceram

a educação a tal ponto que ela deixou de ser prática da liberdade (HOOKS, 2013, p. 45).

Falo de uma instituição que se localiza dentro da periferia de Aparecida de Goiânia, mas que, porém, pouco se vê a comunidade ocupando um espaço que na teoria foi construído para ela. Os Institutos Federais iniciam sua trajetória em 1909 quando o presidente da república Nilo Peçanha cria 19 escolas de Aprendizes e Artífices que logo depois se tornaram Cefets – Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica. Em 2008, essas instituições deixam de ser Cefets e tornam-se Institutos Federais.

São instituições que vêm se moldando e transformando a longos passos, mas que, no entanto, mostram dificuldades de ofertar disciplinas nas quais o multiculturalismo seja debatido a todo momento como prática de ensinar e de aprender a lidar com práticas discriminatórias. Tal dificuldade parece vir do fato de que a estrutura padrão e hegemônica ainda não entendeu que já passou da hora de despadronizar normas e métodos de ensino ultrapassados para assim dar lugar ao novo no sentido de entender qual público estão sendo educados dentro das instituições de ensino superior e de entender as diferenças, sejam elas quais forem, dentro de sala de aula.

Nesse sentido, levar em conta a pluralidade cultural no âmbito da educação implica pensar formas de reconhecer, valorizar e incorporar as identidades plurais em políticas e práticas curriculares. Significa, ainda, refletir sobre mecanismos discriminatórios que tanto negam voz a diferentes identidades culturais, silenciando manifestações e conflitos culturais, bem como buscando homogeneizá-las numa perspectiva monocultural (SILVA; BRANDIM, 2008, p.6).

Não são todos, mas a maioria dos servidores do IFG são pessoas brancas, seja na parte administrativa, seja na docência, então, para além da minha dificuldade com o aprendizado, me questionei em vários momentos o que eu estava fazendo ali, afinal, o racismo institucional¹² está o tempo todo convidando pessoas como eu a se retirar dos espaços públicos e sociais de forma sutil. Nesse sentido, sobre tais dinâmicas racistas, Cida Bento aponta que “Não é apenas por atos discriminatórios

¹² Racismo institucional são ações em nível organizacional que independentemente da intenção de discriminar acabam tendo impacto diferencial e negativo em membros de um determinado grupo (BENTO, 2022).

que se verifica se uma instituição é racista, mas também por taxas, números de profissionais, prestadores de serviço, lideranças e parceiros com perfil monolítico, em que não se vê a diversidade” (BENTO, 2022, p.50). É doloroso viver em um estado/país multirracial e pouco se esbarrar com essa pluralidade no dia a dia.

Em um dos momentos em que me vi em solidão no Campus me deparei com uma professora negra nos corredores. O nome dela é Jaqueline Pereira de Oliveira Vilasboas e já de longe, ao vê-la, arreganhei um sorriso largo e aberto, pois ali me vi enquanto corpa possível em também estar no lugar de educadora. A sociedade e as políticas públicas precisam entender que não é só sobre transmitir o conhecimento, é também poder se ver enquanto racialidade nesses espaços, é sobre uma realidade palpável e real, não só uma cota daquela comunidade. Eu nunca precisei contar as pessoas brancas nos espaços de poder por onde estive, mas sempre conto as pessoas pretas por serem tão poucas ocupando esses espaços.

[...] existem várias formas de organização políticas, culturais e intelectuais. A questão é que essas condições sociais dificultam a visibilidade e a legitimidade dessas produções. Uma simples pergunta que nos ajuda a refletir é: quantas autoras e autores negros o leitor e a leitora, que cursaram a faculdade, leram ou tiveram acesso durante o período da graduação? Quantas professoras ou professores negros tiveram? Quantos jornalistas negros, de ambos os sexos, existem nas principais redações do país ou até mesmo nas mídias ditas alternativas? (RIBEIRO, 2017, p. 63-64).

Penso minha corpa o tempo todo ocupando esses espaços como produção de resistência e existência, existindo como dança, tendo que reafirmar diariamente suas potências e competência para assim poder disputar espaços com o corpo normativo, branco e privilegiado pela branquitude. Às vezes me canso de sempre ter que me ajustar perante normas e costumes totalmente ultrapassados e errôneos. Estamos falando de um Campus que diz ofertar uma educação que combate preconceitos, exclusões e hierarquias arbitrárias, mas na prática tais princípios pouco se tornam ação. É preciso desconstruir a linguagem sexista dentro do Campus e das plataformas virtuais da instituição, pois ainda me deparo com abordagens totalmente falocêntricas, não me sinto confortável quando vou entrar no Q-acadêmico ou me inscrever em qualquer coisa dentro do Campus e a abordagem é a mesma: nome “do aluno”, dados pessoais “do aluno”, e por aí vai. A desconstrução já poderia mudar por aí, pois uma

mulher travesti, uma pessoa trans ou não binária jamais se sentiria confortável com essa abordagem de tratamento normativo/masculino.

Em alguns momentos me senti muito frustrada, mas entendi que não era sobre mim, mas sobre um sistema linguístico que insiste em afirmar o masculino como centro e não como opção. Fico me perguntando como as mulheres cisgêneras aguentaram por tanto tempo ser a segunda opção em tudo, ou até mesmo apagada da história. “Ai, mas é um órgão institucional”. É por isso mesmo que a desconstrução deve partir desses lugares, não só a desconstrução linguística, mas as representatividades de raça, gênero e performatividade de gênero nas instituições precisam existir cada vez mais como um espaço igualitário e não de cotas, se é que vocês me entendem. Reafirmo, desse modo, que pessoas negras, indígenas, quilombolas, originárias, entre outras à margem da sociedade brasileira precisam ocupar o espaço acadêmico para que outras como nós também se vejam e se enxerguem os ocupando, se profissionalizando e produzindo conhecimento.

Entre prós e contras, o curso me provocou e me deslocou com a metodologia de abordar, debater, refletir e construir possibilidades de compreender as questões relacionadas ao gênero, às diferenças sociais e à diversidade cultural a partir do cruzamento de experiências artísticas em dança com outras áreas de conhecimento dentro do âmbito acadêmico. Estudar, investigar e se investigar não é fácil, ainda mais quando precisa conciliar seu curso com outros trabalhos e você está sempre correndo contra o tempo para ser excelente em tudo, pois o tempo semestral da instituição federal é cruel com o alunado. Eu estou prestes a me formar e ainda estou digerindo mentalmente disciplinas que eu cursei no primeiro período, e isso se dá não por eu ser lenta para entender, e sim por um ciclo vicioso de tempo dentro da matriz curricular que exige dos professores/as e em seguida também exige de nós, estudantes, produções, criações, reflexões que nos coloca no automático de executar e entregar. Em vários semestres eu terminei com todas as atividades entregues, porém devastada, exausta, como eu estou agora neste momento escrevendo esta monografia na qual eu queria que meu referencial teórico tivesse mais autores/autoras pessoas negras, porém não vai ter a quantidade que eu queria. Sabe por quê? Só agora, escrevendo um trabalho em que faço um cruzamento entre minhas narrativas de vida e o conhecimento acadêmico, consigo compreender o que Djamila Ribeiro (2017) diz quando ela questiona a quantidade de autores e autoras negros lidos dentro de uma instituição de ensino superior.

Na maioria das minhas práticas corporais, fui apresentada a escritoras/es e pesquisadoras/es, na sua maioria pessoas brancas. Cito algumas delas aqui neste trabalho, pois elas fizeram parte da minha formação, inclusive aprendi muito a partir dessas referências, mas eu não me identifico com elas. É complicado sempre se ver como minoria ou até mesmo a primeira pessoa a se manifestar ou se reafirmar em espaços nos quais deveria ser normal a circulação de pessoas diversas. Sobre esse aspecto, Cida Bento analisa o seguinte:

Quando pessoas ou grupos são colocados fora do limite em que estão em vigência regras e valores morais, podemos entender que a norma da afeição humana foi violada. A exclusão moral é marcada por um distanciamento psicológico e uma ausência de compromisso moral em relação aos que estão sendo expropriados ou excluídos (BENTO, 2022, p. 48-49).

O meu processo de transição de gênero aconteceu ao longo da minha formação acadêmica, pois se deu a partir dos atravessamentos de práticas corporais, provocações artísticas, entre outras vivências que tive fora do espaço acadêmico. Tais experiências provocaram um movimento de girar de chaves dentro da minha cabeça que abriram portas de alguns armários que ainda não tinham sido abertas.

Lembro de uma disciplina específica que foi a grande propulsora desse virar de chaves, Ateliê de Criação em Dança V: danças populares tradicionais, a professora era a Tainá Barreto com práticas de investigações que traziam como objeto investigativo a pergunta, “Qual o seu primeiro contato com a arte, e o que te faz permanecer nela até hoje?”. E lá fui eu me rever desde a infância para compreender o que fazia da Flávys uma artista. Esse foi um processo doloroso para mim, pois me rever me aproximou da criança ferida que eu tinha deixado lá atrás, e com ela muitos sonhos e desejos silenciados.

Nesse processo identifiquei que o meu primeiro contato com a arte/dança foi vendo e reproduzindo as danças que o Jacaré — um homem negro cisgênero — do grupo de axé/pagode baiano “É o tchan¹³” dançava. Eu, com seis anos de idade, dançava todas as coreografias, do “vai descendo na boquinha da garrafa” ao “passa

¹³ o grupo de pagode baiano surgiu em 1995, como uma dissidência do grupo Gera Samba. Composto por dois cantores, um dançarino e uma dupla de dançarinas e, mais alguns músicos, teve maior período de visibilidade nacional entre os anos 1995 e 2000 e ainda existe até os dias atuais resultado de várias renovações em seus componentes e formatos, como forma de se adequar às demandas de público e mercado fonográfico (LACERDA, 2016, p.64).

negão, passa neguinha, quero ver você passar por debaixo da cordinha”. Essa foi uma lembrança interessante porque hoje, revisitando esse episódio da minha vida, penso que eu me via no Jacaré enquanto racialidade de pessoa preta, mas, na minha corporalidade me imaginava a Scheila Carvalho, uma dançarina mulher mestiça e cisgênero do grupo. Então as referências para mim sempre chegavam de forma distorcida quando eu era criança e, por falta de informação, inúmeras vezes me sentia diferente de uma forma ruim, de uma forma não aceitável de ser. É preciso lembrar ainda que pouco se falava ou discutia sobre a existência de mulheres Trans/Travestis naquele tempo, na década de 90.

Acredito que, no fim das contas, o que me faz permanecer na dança até hoje foi o fato de que a dança sempre foi o elo entre meu eu da infância e meu eu da vida adulta para que jamais me esquecesse de mim mesma quando criança e quando adulta, perdida e machucada, de modo que, aos poucos, no dançar da vida e do tempo, elas foram se encontrando uma com a outra para se amarem e se curarem juntas. A potência do amor é assim descrita por Hooks (2021):

A luz do amor está sempre em nós, não importa quão fria esteja a chama. Ele está sempre presente, esperando uma fagulha que o inflame, esperando que o coração desperte e nos leve de volta para a primeira lembrança de ser a força da vida dentro de um lugar escuro esperando para nascer – esperando para ver a luz. (HOOKS, 2021, p.107).

Nos vários encontros e desencontros da vida, certa vez uma mulher preta cisgênero me perguntou o que vinha primeiro, raça ou performatividade de gênero. Eu que, àquela altura vivia o reencontro comigo mesma como corpa sujeita respondi: para mim entre raça e performatividade de gênero, a minha racialidade como pessoa preta sempre será a primeira leitura que o social fará de mim e posteriormente lerão minha performatividade como uma corpa travesti. Não que uma coisa se distancie da outra, porém é importante entendermos as camadas que a sociedade nos obriga a vestir. No meu caso a primeira camada é a negra, a segunda é a periférica, a terceira é o fato de ser filha de pais mal letrados, a quarta, o fato de ser formada de forma tardia através da EJA, entre tantas outras camadas sociais que eu poderia apontar aos leitores/as.

Dentro do IFG, primeiramente me afirmei uma pessoa não binária. Quando dei entrada no processo para uso de nome social dentro da instituição, a moça me disse

que eu era a segunda pessoa a abrir aquele tipo de processo, em um Campus fundado em 2012, composto por turmas do ensino médio, do ensino superior e da Educação de Jovens e Adultos (EJA). A gente está em 2023, provavelmente eu serei a primeira aluna Travesti/Trans a me formar nessa instituição, e isso para mim não é motivo de orgulho, assim como não é orgulho olhar para toda minha (Trans)jetória dentro do IFG e me deparar com várias lacunas causadas pela falta de referencial teórico de pessoas pretas.

É fundamental dizer, portanto: não vou me culpar por ser pesquisadora e não ter esse levantamento de referências, pois quem me fez pesquisadora foi a academia a partir do ponto de vista dela, o eurocêntrico, branco e perverso. A estrutura de ensino ocidental nunca errou quando montou tal estrutura de saberes, então não serei eu a errada em não os ter com louvor para ofertá-los nas minhas citações e referencial teórico. Porém não vou me acomodar e deixar de conhecer cada vez mais teóricas/os pessoas pretas para assim poder me ver em histórias parecidas com as minhas. Compreender os erros e também abrir-se à possibilidade de acertar num próximo momento, falo isso para a instituição e para mim mesma. Os Institutos Federais, bem como as universidades precisam entender que cada vez mais haverá pessoas pretas e mulheres travestis invadindo a academia, entrando pelas portas da frente, exigindo equidade e representatividade dentro desses espaços de produção de novos intelectuais.

2 A arte como lugar de militância, de luta e de expressão artística

A minha educação cultural envolvendo as artes parte de projetos sociais nos quais muito aprendi artisticamente, mas pouco aprendi a comercializar os meus saberes artísticos. Com isso, passei boa parte da minha adolescência tendo as artes como meio de lazer, e não como ferramenta de trabalho, pois me foi ensinado que ferramenta de trabalho seria entrar em um curso de menor aprendiz, curso esse que prepara a jovem de periferia para trabalhar na função de estagiário nas grandes e médias empresas para que quando ela completar 18 anos, esteja pronta para ocupar um cargo na empresa e receber um salário mensal. Nesse trajeto, nenhuma pergunta é feita, não interessa se você está satisfeita com o que está trabalhando ou não. Nesse sentido, o mercado de trabalho também reproduz desigualdades, como afirma Theodoro (2012), “O Brasil escravista aboliu a escravidão formal, embora nunca tenha abolido a desigualdade herdada do escravismo. A história da formação do mercado de trabalho, como não poderia deixar de ser, está na raiz desse verdadeiro criatório de iniquidades” (THEODORO, 2022).

Por vários anos da minha vida trabalhei em empresas privadas acreditando que era isso que deveria ser feito. Quando adentro o campo do conhecimento acadêmico e artístico através do curso de Licenciatura em Dança tive acesso a ferramentas do conhecimento em formato de emancipação e de profissionalização artística que contribuíram para minha leitura de mundo e para me potencializar. Eu já me fazia produtora cultural antes da academia pelas minhas produções por meio de projetos sociais ou até mesmo eventos envolvendo os movimentos sociais voltados ao ativismo negro e LGBTQIA+, então, ter acesso a materiais teóricos que fundamentavam tudo aquilo que eu já vinha movimentando me sinalizou que eu não estava maluca e que um dos caminhos da descolonização racial/cultural poderia ser aquele ao qual eu já estava envolvida.

Eu venho de uma família que sempre teve que se virar nos trinta financeiramente e, com isso, pude aprender muito com meus pais. Minha mãe era doméstica que tempos mais tarde se tornaria técnica em enfermagem, e meu falecido pai que nos criou sendo vendedor ambulante. Então eu cresci em uma família que sempre sobreviveu pelas frestas que eram ofertadas, sabendo que dinheiro não dá em pé de árvore, logo, se eu o quisesse ter, precisaria trabalhar.

Figura 3. Mãe e pai



Fonte: Acervo pessoal

Fiz muita produção guerrilha, que vem do termo original “cinema de guerrilha”, o qual designa a produção cinematográfica feita com pouco ou nenhum orçamento financeiro. Então me aproprio deste termo para usá-lo também nas minhas produções culturais, uma vez que já produzi pequenos e médios eventos através de rifas, vendendo jujuba no sinal ou até mesmo através de vaquinhas entre pessoas que acreditavam na potência do evento. Dentro do IFG tive acesso a outros caminhos possíveis para produzir para além do que eu já fazia com o guerrilha. A partir desse lugar de conhecimento, tive acesso a editais que, dê certa forma, se eu conseguisse estruturar uma boa escrita e organizasse minhas ideias, propiciariam a circulação e a promoção de alguns eventos e trabalhos artísticos.

Ressalto uma década de experiência de trabalho artístico sendo ARTvista pelos movimentos negro e LGBTQIA+ desde 2013 e, conseqüentemente, atuante no coletivo GangArt — nome que deriva da junção das palavras “Gang” (urbano, arte urbana) “Art” (artes) —, criado para fortalecer as artes entre as pessoas em vulnerabilidade social, com o movimento de ser artista no sentido de dar voz e visibilidade aos artistas pretos e periféricos.

Soma-se ao meu caminho artístico ser *mother na kiki house*¹⁴ of A'Trois. Fundada em 2018, é a primeira *house* de artistas que difundem, propagam e pesquisam a cultura *Ballroom* e suas performatividades através das artes em Goiânia (Goiás). Considerando a história da casa que se entrecruza à minha, falar da dança

¹⁴ Houses são frutos de ligações sociais que transcendem muito a concepção de uma família formada a partir de um laço matrimonial entre dois indivíduos, ou mais especificamente, um homem e uma mulher (SANTOS, 2018, p. 16).

como sinônimo de militância, luta e expressão artística é afirmar as potências que as manifestações artísticas podem ter/ser e observar o quanto ela muda a vida das pessoas em vários aspectos como o pessoal, o social e o profissional.

Figura 4. Evento GangArt



Fonte: Acervo pessoal (2018)

Figura 5. Kiki house of A' Trois



Fonte: Acervo pessoal (2018)

O conhecimento compartilhado através de eventos ou ações sociais pelo coletivo GangArt é uma das formas que nós, eu, Lucas Syuga e Gleyde Lopes encontramos de compartilhar os nossos saberes sobre as danças urbanas e ao mesmo tempo fazer convites a pessoas da área da saúde, dos direitos humanos e outras áreas do conhecimento para que esse público que sempre consome nossos eventos culturais saísse dali não só com experiências na dança, mas também munidos de conhecimentos que envolvessem os seus direitos enquanto pessoas civis.

A classe artística preta, periférica e periférica/LGBTQIA+ no Brasil, na maioria das vezes não é instruída de forma correta para atingir o mercado sólido das artes, afinal, em nosso país a arte que consumimos é produzida e vendida para uma elite artística muito específica e hereditária, de modo que as grandes massas que produzem arte no nosso país estão sobrevivendo de cachês absurdamente baixos que não pagam um terço do investimento artístico feito por elas. Assim, aqueles artistas que também são acadêmicos jogam na sorte, na concorrência em editais municipais, estaduais, federais e internacionais de fomento à cultura para terem a chance de que sua arte seja vista por algumas comunidades.

É urgente questionar: quantas vezes não precisamos prostituir nossos saberes artísticos para, desse modo, tentar fazer parte da elite artística? Como atacamos com um outro formato de mercado artístico no qual haja possibilidades de as massas serem reconhecidas, respeitadas e remuneradas pelo que fazem?

Para avançarmos nessas questões, é preciso olhar para a estrutura socio-historicamente consolidada neste país, como bem apontam Moreira e Pereti (2020):

As elites brancas, desde sua chegada ao poder nas colônias, são potentes produtoras de mecanismos de apagamento e de reconstrução das memórias da nossa população. Utilizando-se do campo das artes, da imprensa, da economia e da política, hábil e facilmente podem manipular todo um imaginário coletivo que heroifica e endeusa figuras históricas que pertencem a linhagens imperiais e aristocráticas, enquanto crucifica o indígena, o negro e o “mestiço”. (MOREIRA, Rodrigo Birck; PERETI, Emerson. 2020, p. 11-12).

O descaso do amparo mercadológico das artes às massas artísticas no Brasil é ancestral e estrutural, mas na contemporaneidade precisamos discutir mais sobre nossos lugares de atuação no meio artístico. Falo isso me colocando entre as massas artísticas mesmo fazendo parte de uma elite intelectual chamada de acadêmica-científica. É nesse sentido que Bento (2022) tensiona a estrutura consolidada e indica caminhos:

A eliminação dos “mais fracos” pode ocorrer nos momentos de disputa sobre quem pode ocupar os lugares de prestígio e de comando nas instituições. Por isso, o território da ascensão profissional é um dos mais tensos, pois pessoas negras que chegam a posições de vanguarda ou de comando invertem a lógica de que pessoas brancas estejam sempre ocupando os lugares de liderança. Assim, essas pessoas negras em processo de ascensão nas organizações despertam receio, e é preciso trazer o tema “medo da perda de privilégios” para as reuniões institucionais para impedir que “a caneta da decisão” na mão dos incluídos interdicte os negros (BENTO, 2022, p. 49).

Sendo assim, sigo constantemente em busca de como usar meu intelectual de produtora e educadora como combustível para mudanças reais no meio artístico, mesmo que seja através das micropolíticas nos coletivos engajados nessa mudança de cenário ou até mesmo no exercício do multiculturalismo como estratégia política/artística de reconhecimento e de reconstrução das organizações e estruturas racistas e excludentes que operam no nosso país, afinal, os pactos narcísicos precisam acabar.

Enquanto pesquisadora e também objeto de pesquisa do que as urbanidades da dança podem proporcionar, observo que pessoas ao longo da minha (Trans)jetória dentro das danças urbanas e movimentos políticos sociais mudaram seus modos de

agir, pensar, refletir e reagir a situações de racismo, sexismo, homofobias, transfobias, gordofobias dentre outras fobias e ataques que fazem de nós minorias no quesito lugar de fala. Quando tomamos posse das nossas potencialidades e autonomia ao nos posicionar, rompemos a barreira da não fala e passamos, ao falar, como diz Ribeiro (2017), pensar que “lugar de fala é uma postura ética, pois saber o lugar de onde falamos é fundamental para pensarmos as hierarquias, as questões de desigualdade, pobreza, racismo e sexismo”.

Complementando a reflexão com uma outra colocação da mesma autora:

[...] Melhorar o índice de desenvolvimento humano de grupos vulneráveis deveria ser entendido como melhorar o índice de desenvolvimento humano de uma cidade, de um país. E, para tal, é preciso focar nessa realidade, ou como as feministas negras afirmam há muito: nomear. Se não se nomeia uma realidade, sequer serão pensadas melhorias para uma realidade que segue invisível (RIBEIRO, 2017, p. 41).

É por essas e outras razões que defendo não só o meu lugar de fala como também meu lugar de existência como mulher travesti negra, pois, se é preciso nomear para existir, assim vamos fazer ser feito. Passei a compreender que por meio da dança eu poderia dar voz a mim e reunir pessoas que acreditavam e acreditam na arte como combustível de mudança e de acessos, sejam eles a informações sobre o corpo, sobre o social, sobre o cotidiano ou sobre a manifestação da vida, pois o acesso as artes é vida. A partir daí a dança deixou de ser instrumento recreativo para se tornar minha ferramenta de trabalho e de micropolíticas, afinal, conforme Pequeno (2017) “É nosso dever enquanto pessoas trans sermos pacientes, estarmos dispostas a sermos olhadas e explicar calmamente nossa identidade para o outro. Ser trans é ter o dever de sempre ser professora do outro e saber lidar com a ignorância alheia”.

Me colocar no mercado como produtora e distribuidora de trabalhos que envolvem a *Kiki house of A'Trois* e o coletivo GangArt me faz aprender dia após dia como me manter no mercado artístico, ou seja, não estamos aqui brincando de fazer acontecer, estamos fazendo acontecer por nós e pelos que já virão logo em seguida. É pensar também nas várias ligações possíveis que podemos fazer umas com as outras no meio artístico. Estou sempre me conectando com pessoas que estão ou não no mesmo ramo que o meu porque precisamos dessa rede de contatos e de apoios, até porque sozinhas a gente não consegue.

Além disso, vejo como a crescente do conhecimento se dá por estes meios de trocas e vivências, por isso a importância de insistir na educação, na arte e na cultura, pois a partir de bases sólidas conseguiremos interligar pontos que nos conectam enquanto artistas, professores e produtores de arte. Precisamos amar muito o que fazemos para que esse amor volte para nós na reciprocidade que emanamos. Inclusive Bell Hooks, no seu livro *Tudo sobre o amor: novas perspectivas* (2021), em algum momento diz que: “O amor é um ato político, pois com o amor a gente muda a sociedade e movimenta ela também. Então quando a gente pensa no social e na arte/política como um lugar igualitário e até mesmo multicultural ali está o poder da transformação”.

Em 2017, quando comecei a trabalhar só com dança e os entres artísticos que a envolvem, percebi que várias amigas de profissão sempre exerciam mais de um trabalho, eram dançarinas e pedagogas, dançarinas e enfermeiras, entre outras dualidades de trabalhos. Vendo-as nesse contexto, pensava que eu preferia estar só em um lugar — no meu caso na dança, nas artes, no ser artista —; e assim o fiz, escolhi pela dança. Não sei ao certo dizer se fiz a escolha certa, mas eu precisava arriscar escolher o que eu acreditava e ainda acredito: viver da arte pode dar super certo quando temos suporte e aporte financeiro dos nossos municípios, estados e, principalmente, do nosso país, por meio das políticas públicas de fomento, produção e manutenção das artes e culturas.

Entretanto, nossa realidade é tão retrógrada quanto a arte e a cultura que, embora sejamos um país multicultural, com várias manifestações artísticas, quando observamos o mercado de trabalho artístico, poucas são as pessoas que conseguem se manter com o que ganham da arte que fazem. Tal cenário é acentuado quando fazemos o recorte racial. Segundo Theodoro (2012), “autores, artistas e intelectuais negros sempre tiveram muita dificuldade para se afirmar no cenário nacional. E, quando o fizeram, frequentemente sentiram o peso do bastão da branquitude”. Daí fico me perguntando: será que o mecanismo do mercado das artes no Brasil tem o fundamento de que, enquanto as elites expõem, exportam e vendem suas artes, as grandes massas são vencidas pelo cansaço e descaso?

Sim, a realidade é essa mesmo, mas o processo de mudança existe. Ele não está acontecendo plenamente por conta de um câncer social, mas nada impede de sermos a quimioterapia ou a radioterapia do câncer social, não é mesmo?! A alternativa não é desistir de ser uma artista bem-sucedida e reconhecida, é dobrar as

manguinhas da camisa e conquistar seu espaço no amor e na estratégia. Há uma frase que se tornou popular na contemporaneidade que é, “É preciso hackear o sistema”, e a partir dela fico pensando que sistema é esse. Seria o mesmo sistema que insiste em afastar pessoas da periferia de pessoas da elite ou o sistema que nos sinaliza o que podemos ou o que não podemos ser/fazer.

Um dos significados da palavra hacker é acessar ilegalmente um sistema. A partir dele, questiono: será mesmo que com todo conhecimento ancestral, cultural, artístico e estratégico — porque, sim, se aqui tem uma travesti preta escrevendo é porque suas antepassadas criaram estratégias para permanecerem vivas — vou mesmo precisar hackear um sistema que adoce grande parte da classe artística, uma vez que avaliam seus trabalhos aptos ou inaptos a partir de um olhar eurocêntrico branco?

Afirmo esse lugar do sistema uma vez que, sim, a maioria dos contratantes e investidores do mercado artístico no Brasil são pessoas que defendem a branquitude, logo ele não é equilibrado e perpetua práticas excludentes. Nesse sentido, Theodoro (2022), analisa que: “A existência e a perpetuação do racismo atendem a interesses de alguns grupos hegemônicos”, que não os grupos compostos por pessoas negras, indígenas, quilombolas, dentre outras etnias. Tudo isso devido a um pacto da branquitude que atravessa gerações, pacto esse gerado de forma não formal e nem verbalizado, mas que visa manter pessoas brancas no poder.

Esse pacto da branquitude possui um componente narcísico, de autopreservação, como se o “diferente” ameaçasse o “normal”, o “universal”. Esse sentimento de ameaça e medo está na essência do preconceito, da representação que é feita do outro e da forma como reagimos a ele (BENTO, 2022, p.12).

Por aqui, “Brasil”, apesar de muito se falar sobre a nossa multiplicidade de raças e de costumes, quando falamos sobre hierarquia social já sabemos quem está no topo e quem sustenta essa estrutura social, não é mesmo? O pacto da branquitude encobre todos os maus feitos da branquitude colonial até os dias de hoje, colocando seus herdeiros como descobridores, retentores do conhecimento e até mesmo como raça suprema, pois “O herdeiro branco se identifica com outros herdeiros brancos e se beneficia dessa herança, seja concreta, seja simbolicamente; em contrapartida, tem que servir ao seu grupo, protegê-lo e fortalecê-lo” (BENTO, 2022).

Nesta dinâmica de poder, pessoas ou etnias que se encontram à margem poucos conseguirão chegar no centro, pois aquele é um pacto que perpassa gerações e ainda continua vivendo de uma herança obtida através de pessoas negras que foram escravizadas. Tal dinâmica é mantida, uma vez que, segundo Cida Bento (2022), a “branquitude, em sua essência, diz respeito a um conjunto de práticas culturais que são não nomeadas e não marcadas, ou seja, há silêncio e ocultação em torno dessas práticas culturais”. É preciso, portanto, nomear tais práticas da branquitude brasileira; como afirmei antes, ela também deve ser estudada, bem como seus funcionamentos e acordos.

A partir dessas questões, passo a falar um pouco da importância dos projetos sociais dentro das periferias. Em todos os ambientes acadêmicos e não acadêmicos nos quais eu estiver, vou sempre falar e reconhecer os projetos sociais na minha vida como lugar de troca e aprendizado, porém hoje me questiono qual é o real papel dos projetos sociais na periferia. Esses projetos estão de verdade preocupados com uma educação/profissionalização emancipatória ou são só assistencialismo por assistencialismo? Se “A educação dos oprimidos só é frutífera quando adotada com propósito, com o objetivo de se tornar uma autoeducação num quadro libertador. Além disso, a relação dialética entre teoria e prática prospera quando é uma expressão da interação produtiva dialógica entre intelectuais e trabalhadores” (FERNANDES, 2016, p.14), enquanto os ditos intelectuais e a classe burguesa continuarem se comunicando com as massas periféricas e proletariados na síndrome de salvadores da pátria e retentoras do conhecimento, jamais teremos uma educação igualitária e de qualidade para todos.

Será mesmo que quando falamos de projetos sociais, seja ele infantil, juvenil ou adulto, estamos realmente desenvolvendo uma relação solidária entre classes sociais oprimidos/opressores como constitutivo de um “nós” e não em torno dos oprimidos? Até onde a classe revolucionária dos opressores pensaria com os oprimidos e não para eles?

Hoje, à frente dos coletivos GangArt e Kiki house of A' Trois percebo o quanto importante é uma pessoa oprimida se emancipar na educação, pois quando nos emancipamos, uma legião de oprimidos se emancipa junto à medida em que há acesso à informação do social, da política, da cultura, dos direitos cidadãos e, a partir daí pode-se refletir sobre ela. Para isso, não necessariamente é preciso adentrar os portões das universidades, porém a classe trabalhadora, constituída de “oprimidos”, é

uma classe pensada a longos passos a não ter autonomia sobre os seus direitos e sim sobre os seus deveres.

Hoje minha missão nesses coletivos sociais artísticos é ofertar um diálogo por meio do qual discutimos e estudamos estratégias de permanecermos atuantes e de elevarmos os trabalhos artísticos de pessoas das periferias que dialoguem com tal público na imagem, nas narrativas e provocações por elas propostas.

3 A existência da Travesti que aqui se coloca enquanto produção: a condução e a existência da vida

Permita-se viver até o fim!

Performei como homem heterossexual até meus 24 anos se não me engano, e logo depois me assumi uma pessoa gay e em seguida a não binariedade, que é a não identificação com os sexos feminino e masculino. Percebo que entre essas (Trans)jetórias, quando eu performava na não binariedade conseguia mais oportunidades de trabalho dentro da dança e nas passarelas de moda, pois nessa performatividade eu podia incorporar vários personagens, transitando entre o feminino e o masculino sem um olhar tão rígido de preconceito, sendo assim era mais fácil sobreviver da arte e da moda. Eu não comentei com vocês antes, mas já trabalhei como modelo fotográfico e de passarela. Ela é dessas várias primaveras!

Mas, para a Flávys que aqui transcreve suas experiências, já não cabe mais apenas sobreviver quando ela entende que tem o direito de viver. Ao retomar memórias da minha infância, na qual minha essência sempre foi mais feminina do que masculina e, quando sempre preferi transitar no universo feminino, com a maturidade que tenho hoje me pergunto, quantas iguais a mim não se encontram perdidas de si mesmas por não terem orientação de seus pais ou familiares do quão plurais podemos ser quando se trata de orientação sexual ou até mesmo de performatividade de gênero.

Agora, assino o nome escolhido por mim mesma, Fláv(**ys**) Guimarães. Nome pensado como sinônimo de resistência e representatividade política e poética que tem a ver com os cromossomos sexuais (**y**) porque o cromossomos masculino é X-Y; (**s**) pela pluralidade que esses cromossomos podem ser além da biologia e Guimarães, por ser o sobrenome da minha mãe e por ser ela a minha maior referência de feminino, de força e de perseverança. Sou uma mulher de peito e pau, então é sobre pluralizar estereótipos e formas de ser. Assumo uma forma de oposição e contestação desviando-me do centro das universalidades e das identidades previamente estabelecidas.

Figura 6. Flávys Guimarães 31 anos



Fonte: Acervo pessoal (2022)

Ser representação de mim mesma e contar minhas próprias histórias através do corpo, unindo o que há de melhor e de pior de mim mesma enquanto corpa potente e presente, assusta as pessoas alienadas fora e dentro da elite intelectual. As pessoas, ao cruzar com corpas transgressoras ficam perplexas, assustadas, indignadas, estarecidas, dentre outras coisas. E por quê? Nós pessoas *Queer*, LGBTQIA+, só expomos e damos fala aos corpos marginalizados, transgressores, sujos e a essas vidas que não importam. Eles não importam porque cruzam com a gente o tempo todo, que seja uma pessoa em situação de rua, uma corpa trans/travesti, uma pessoa negra levando baculeijo¹⁵ só pelo seu tom de pele, e não fazem nada, nem pelas que estão à margem da sociedade, nem por si mesmas. Não fazem porque estão vivendo em uma sociedade acostumada a achar que tudo é normal ou que as coisas estão da forma que estão por escolhas pessoais, e não por uma estrutura social que nos coloca nos lugares de não recomendadas à sociedade.

[...] as desigualdades são múltiplas, presentes em diversos ambientes, tais como escolas, empresas ou partidos políticos. Contudo, e é importante enfatizar, elas não atuam de forma independente. Ao contrário, se entrelaçam e fortalecem umas as outras. Dito de outro modo, as desigualdades setoriais geram desvantagens para um grupo social; mas interagindo simultaneamente, reforçam-se e se

¹⁵ [Gíria] Revista feita por policiais que, geralmente efetuada em local público, coloca o suspeito/a com os braços e pernas abertas contra uma parede. Disponível em: < <https://www.dicio.com.br/baculeijo/> >. Acesso em: 28 Dez. 2022.

condensam em desigualdades persistentes que subalternizam um grupo social (THEODORO, 2022, p. 56).

Se para Simone de Beauvoir, a mulher é o outro e para Grada Kilomba a mulher negra é o outro do outro (RIBEIRO, 2017), em que lugar caberia a existência e a solidão de uma mulher travesti preta? O outro, do outro, do outro. Posição essa que não só coloca pessoas iguais a mim na margem da sociedade como também afirma que somos vidas que não importam. Dessa maneira,

Pensar a solidão da Mulher Trans negra e periférica é perceber os processos de exclusão pelos quais passamos desde muito cedo em nossas vidas, geralmente, desde o momento em que transicionamos de gênero através de modificações sociais, subjetivas e corporais e passamos a contrariar as cishnormas em uma sociedade cisheteropatriarcal (SENNÁ, 2021, p. 49).

A transição nos aproxima de nós mesmas enquanto reconhecimento de quem nós somos, mas em contrapartida nos afasta de familiares, amigos/as/ues que achávamos que seriam próximos, do mercado de trabalho formal, entre outros espaços sociais.

E como levantar todos estes assuntos que me atravessam diariamente sem colocar minha corpa para jogo, sabendo que posso ficar rouca de tanto gritar por socorro ou visibilidade por mim e pelas minhas e ninguém irá me escutar? Então através da minha corpa artística, transviada, negra e política convido a você leitor/a/es a refletir comigo sobre estas questões, uma vez que sou sobrevivente da arte, pela arte e sobre a arte e sei que “o próprio corpo é local de memória — lembrar, assim, é movimento e imperativo de liberdade” (BRASILEIRO, 2021). O corpo é a narrativa de si mesmo e de histórias dançadas que, ao mesmo tempo que tensiona o poder, a censura, as denúncias e as poéticas de si, também consegue excluir-se do todo para voltar-se a si mesmo.

Uma vez que o racismo e a transfobia são estruturais e veladas, o que fica mais complexo ainda. Inclusive hoje considerados crimes, por uma luta histórica dos movimentos de luta de pessoas negras e Travestis/Trans e se materializam em práticas variadas delimitando a margem de liberdade e acessos restritos nas denominadas democracias atuais, torna-se urgente investir cada vez mais nessa educação estética, teórica e prática quando se assiste a uma época de fragmentação

e de alienação de corpos anestesiadas que se tornam manipuláveis frente às ações dominantes de cada época, que modelam o que é ser corporal de fora para dentro.

O caminho para a liberdade é atravessado pelo conflito, rejeitando a falsa neutralidade com que os mecanismos de opressão se dissimulam para perpetuar sua existência enquanto subtraem outras — sobretudo as de corpos racializados. Para não só sobreviver, mas viver em toda a potência, é fundamental evocar outras formas de violência que apresentem resistência às forças institucionalizadas (macropolíticas) e legitimadas (micropolíticas) de extermínio (BRASILEIRO, 2021, p.15).

Minha existência e permanência dentro de uma instituição pública federal é defender e acreditar no meu lugar de existência enquanto mulher travesti, preta, periférica e sobrevivente pela arte e sobre a arte através de projetos sociais que me acompanharam ao longo da minha (trans)jetória. É sobre abrir caminhos para que outras iguais a mim também possam ocupar esse lugar.

Ocupo esse lugar acadêmico e intelectual por mim, pelos meus antepassados e pelos que ainda virão. As minhas vivências urbanas e periféricas não se separam das coisas que vivi e aprendi no campo do saber acadêmico, muito pelo contrário, se entrelaçam e se complementam porque é através do conhecimento que me conheço e conheço o outro. É através do conhecimento que as algemas do meu intelecto caem por terra e eu me torno um ser que pratica a liberdade, buscando exercitá-la com outras pessoas, afinal...

A academia não é o paraíso. Mas o aprendizado é um lugar onde o paraíso pode ser criado. A sala de aula, com todas as suas limitações, continua sendo um ambiente de possibilidades. Nesse campo de possibilidades temos a oportunidade de trabalhar pela liberdade, de exigir de nós e dos nossos camaradas uma abertura da mente e do coração que nos permita encarar a realidade ao mesmo tempo em que, coletivamente, imaginamos esquemas para cruzar fronteiras, para transgredir. Isso é a educação como prática da liberdade (HOOKS, 2013, p. 273).

E como uma boa transgressora que sou, é hora de provocar, turbilhonar, dar o que pensar sobre essas corpos sujeitas irreverentes, iconoclastas que inventam e reinventam em sua cotidianidade, que festejam e escancaram sua alegria, suas transgressões, mas que também lutam e se afirmam ao adentrar os espaços públicos e acadêmicos. Tornam suas vidas objetos de suas próprias pesquisas, ao dar voz às vozes de suas tribos e rompem com os tabus que ainda rondam diversos contextos

sociais. Falo aqui da boca que simbolicamente há tempos atrás usava navalha como proteção, hoje uso o conhecimento como emancipação. Então, “Aqui, o caçador é convertido em caça, subvertendo a lógica da dominação; assim, a sedução é alinhada à aniquilação e o corpo negro transfeminino se desidentifica como presa para tornar-se predadora” (BRASILEIRO, 2021).

Conseguir me ver fora da estatística de pessoas pretas que morrem na adolescência vítima do tráfico de drogas, da prostituição ou são presas na vida adulta por algum delito cometido, muitas vezes devido à vulnerabilidade financeira, entendendo as tramas do nosso sistema social higienista, classista e racista. É poder ter a chance de uma vida diferente a dos meus familiares, amigos e conhecidos que foram e ainda estão sendo vítimas de um sistema genocida.

Quero poder acreditar que o meu viver e conviver com o outro seja possível a partir do respeito e compreensão de que ninguém é igual a ninguém, porém todas as existências são importantes dentro e fora da heteronormatividade e das diferentes etnias existentes.

Sonho com uma sociedade com equidade entendendo que a igualdade é uma utopia inventada para mascarar os problemas de racismo, transfobia dentre outras fobias sociais na ideia de que somos todos iguais.

E tenho esperança em dias melhores, anos melhores para nós mulheres trans e travestis. “O regime de extermínio, que, com requintes de crueldade, elimina corpos desobedientes de gênero e dissidentes sexuais, sobretudo se racializados e empobrecidos” (BRASILEIRO, 2021), estão a curtos passos de acabar. Mas, esqueceram que para cada mulher travesti que cai, outras três se levantam. Temos sede de vida e enquanto ela não for saciada cairemos, mas nos levantaremos num levante de travestis no qual nossas corpos serão incontáveis a olho nu, tamanha será nossa quantidade.

Somos vítimas de ter nascido num sistema que nos considera anormais, que nos marginaliza e temos que dar um jeito de lidar com isso. Somos obrigadas a sermos fortes, somos obrigadas a ter coragem. Para mim, conseguir me inserir em um meio acadêmico é de certa forma um alívio, primeiro por ter meu trabalho reconhecido, segundo por saber que talvez exista um futuro para mim que não seja o subemprego, que não seja o não-lugar, que não seja ser morta aos meus 35 anos (PEQUENO, 2017, p. 5).

Quando me perguntam o que a dança ainda move em mim, respondo que a dança move em mim o que mais ninguém pode mover na minha corpa, pois, ao contrário dos atravessamentos cotidianos que tenho com as pessoas que me rodeiam ou que transitam por mim, a dança não vem de fora, não está fora. Está em mim, dentro de mim no mais íntimo do meu ser que nem eu conheço direito, mas respeito o florescer dessa dança que insiste em brotar e crescer buscando espaços pelos meus órgãos e criando caminhos pelos orifícios do meu corpo. Não é como a dança se move em mim, e sim como ela se reinventa e insiste em florescer nos tempos de inverno de uma corpa quente, cuja única estação que conhece é o verão.

Figura 7. (Trans)jetórias



Fonte: Acervo artístico

CONSIDERAÇÕES FINAIS

(Trans)jetória de vida e formação acadêmica no curso de Licenciatura em Dança foram as temáticas investigadas e sobre as quais refleti neste trabalho. Para tanto, parti da pesquisa narrativa (auto)biográfica na busca de respostas ou, até mesmo, da ausência delas na relação entre minhas experiências de vida e o conhecimento acadêmico, na construção e reconstrução de memórias que o tempo ainda não conseguiu danificar, de processos de crescimento pessoal e social, como também da minha (Trans)jetória artística e intelectual emancipatória.

Esta monografia se faz potente pelo espiral dessa vida que já girou pelo mesmo ponto várias vezes sem estar no mesmo lugar construindo uma (Trans)jetória de emancipações e de abertura de mundos, bem como pela importância da visibilidade social, profissional e artística da mulher negra/travesti dentro e fora da comunidade LGBTQIA+ e das instituições de ensino como produtoras de conhecimento. O preconceito contra mulheres travestis, sobretudo negras, vem sendo construído ao longo da história, com isso a dificuldade de mulheres travestis negras ocuparem lugares dentro das artes e das academias no nosso país realmente existe. Tal processo de exclusão perpassa os séculos, assim, embora as políticas públicas de reparo sejam criadas, o preconceito ainda está muito presente nos âmbitos sociais.

Escrevo esta monografia pela necessidade de trabalhos inscritos e protagonizados por mulheres negras travestis e periféricas, de me colocar no mundo e na escrita em primeira pessoa relatando a (Trans)jetória de uma mulher travesti preta não como objeto de pesquisa de terceiros, mas como pesquisadora de si mesma e do ciclo social e pessoal de ver, viver e transcrever sobre seu olhar sobre a arte, sobre os fazeres artísticos e sobre educação, protagonizando uma forma de escrevivência remetente à pesquisa narrativa qualitativa em era de crise de identidades em que corpos sujeitas "desviantes" lutam por um lugar na sociedade.

Este trabalho nasce a partir de mim, mas espero que não morra comigo. Uma das preocupações desta escrita é demonstrar essa representatividade negra/travesti como objeto de manifestação e de afirmação, lembrando que consequentemente a arte como a ação e lugar possível para mostrar esta corpa e as questões a ela atreladas. Então fazer esse movimento que eu faço dentro do espaço acadêmico e da arte, sabendo do contexto que eu venho, sabendo quem sou, é denunciar e quebrar

uma estrutura artística, que em muitas situações institucionalizadas e legitimadas constituem-se segregadoras, com ausência de pessoas negras e mulheres travestis.

Olhar para meu reflexo e afirmar minha própria (trans)jetória enquanto processo de construção, reconstrução e afirmação de identidades e ancestralidades, o que eu achei que iria me distanciar dos meus saberes cotidianos, das minhas vivências, na verdade me aproximou ainda mais. Fui polida pelo acesso a informações que me fizeram crescer enquanto professora, artista e militante que sou, mas sempre consciente do público o para qual esses conhecimentos serão direcionados: o público urbano, periférico, negro e demais pessoas que se encontram à margem da nossa sociedade hipócrita e higienista.

A expectativa é que esta pesquisa narrativa possa fazer encontrar pessoas e contextos, vidas e condições de vidas, porque ela é composta de vários lugares e se constitui na junção das experiências vividas em encontro com espaços sociais específicos, como a escola, a periferia e a instituição de ensino superior.

Sáímos de uma prisão quando nos afirmamos não normativas, mas entramos em várias outras... Eu nunca vou estar livre sendo um corpo transviado, transvestido, TRAVESTI... As pessoas só precisam entender que são lugares de ser e que não há problema nisso. Quando as estatísticas demonstram que a expectativa de vida das mulheres travestis/transsexuais no Brasil é de 35 anos nos sinalizam nosso prazo de validade, por isso tenho pressa em viver e lutar pelo que eu acredito e pelo que eu sou. A morte física é uma das possibilidades de morte, a pior delas é quando a sociedade nos mata internamente, psicologicamente e socialmente sem direito a acessos e ao convívio. **PAREM DE NOS MATAR!**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, Lucas. **Traços Vivos: corpos dissidentes em dança**. Goiânia. 2019.

Portal MEC. **A história das instituições federais de educação profissional começa em 1909 com a criação das 19 Escolas de Aprendizizes e Artífices**. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/historico> > Acesso em 13 de dezembro. 2022.

BARCLAY, Mylla. **Documentário atlântico negro na rota dos orixás**. Publicado em 28 de set. de 2020. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=2l0gjOhcZ-o> >. Acesso 03/12/2022.

BASSIANO, Victor; LIMA, de Araújo Claudia. **Educação emancipatória na perspectiva de Paulo Freire**. Revista pedagogía universitaria y didáctica del derecho vol. 5 núm. 2 (2018).

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras. 2022.

BITTENCOURT, Adriana; SETENTA, Jussara. **O corpomídia que dança: processos enunciativos de significação**. FIB/UFBA. 2005.

BRASILEIRO, Castiel Vitorino. **Modos de descolonizar: o trauma é brasileiro, de Castiel Vitorino Brasileiro**. Revista de comunicação e linguagem. EUA. 2021.

CARBONELL, Sônia. **Educação estética na EJA: a beleza de ensinar e aprender com jovens e adultos**. Cortez Editora, São Paulo, 2012.

COESSENS, Kathleen. **A arte da pesquisa em artes: Traçando práxis e reflexão**. ARJ I Brasil I Vol. 1/2 I p. 1-20 I Jul./Dez. 2014.

EVARISTO, Conceição. **Escrevivência : a escrita de nós. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. 1. ed. Rio de Janeiro : Mina Comunicação e Arte. 2020.

FERNADES, Sabrina. **Pedagogia crítica como práxis marxista humanista: perspectivas sobre solidariedade, opressão, e revolução**. Educ. Soc., Campinas, v. 37, nº. 135, p.481-496, abr.-jun., 2016.

FERREIRA, Alexandre Donizete; FIGUEIREDO, Valéria Maria Chaves de. **Universidade e experiências sobre a produção em dança na atualidade: o paradoxo artista-docente**. Uberlândia v. 10 n. 2 p. 256-267 jul.|dez. 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 27 a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2020.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade**. São Paulo. 2013.

HOOKS, Bell. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas**. São Paulo. 2021.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Crianças Trans: memórias e desafios teóricos**. III Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades. Maio. 2013.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Berlin. Janeiro. 2019.

LACERDA, Gabriela Limeira de. **É o TCHAN do BRASIL: História, corpo e erotismo no pagode baiano dos anos 1990**. Fortaleza. 2016.

MARTINS, Raimundo; TOURINHO, Irene; SOUZA, de Clementino Elizeu. **Pesquisa narrativa: interfaces entre histórias de vida, arte e educação**. Santa Maria: Ed. Da UFSM. 2017.

MINAYO, Souza de Cecília Maria. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. – Petrópolis. RJ: Vozes. 2009.

MOREIRA, Rodrigo Birck; PERETI, Emerson. **A árvore do esquecimento e as tentativas de destruição da memória afrodiáspórica**. Revista UNIABEU, V.13, Número 33, Número especial, janeiro-junho de 2020.

PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos Orixás**. São Paulo: Companhia das letras. 2001.

PEQUENO, Agrippina Cândido Viegas. **Corpos em Trânsito: Corpos transvestigeneres e o espaço público**. XII EHA – Encontro de História da Arte – UNICAMP. 2017.

PIMENTEL, Lúcia Gouvêa. **Processos artísticos como metodologia de pesquisa**. Uberlândia. 2015.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017.

SANTOS, Henrique Cintra. **A transnacionalização da cultura dos Ballrooms**. Campinas – SP. 2018.

SENNA, Ariane Moreira de. **A solidão da mulher trans, negra e periférica: uma (auto) etnografia sobre relações socioafetivas em uma sociedade cisheteropatriarcal**. Salvador. 2021.

SETENTA, Sobreira Jussara. **O fazer-dizer do corpo: dança e performatividade**. EDUFBA. 2008.

SILVA, Maria José Albuquerque da; BRANDIM, Maria Rejane Lima. **Multiculturalismo e educação: em defesa da diversidade cultural**. Diversa. Ano I – n° 1. pp.51-66. Jan/jun. 2008.

SOARES, Lissandra Vieira; MACHADO, Paula Sandrine. **“Escrevivências” como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social**. vol. 17. n° 39. pp. 203-219. mai. – ago. 2017.

THEODORO, Mário. **A sociedade desigual: racismo e branquitude na formação do Brasil**. Editora Schwarcz - Companhia das Letras. 2022.

REFERÊNCIAS AUDIOVISUAIS

La Veneno. Direção: Javier Ambrossi; Javier Calvo; Mikel Rueda; Alex Rodrigo. Produtor: Ignacio Corrales. Espanha. Atresmedia Suma Latina. 2020.

Entre os homens de bem. Direção: Caio Cavechini; Carlos Juliano Barros. Brasil. 2016.

Indianara. Direção: Aude Chevalier-Beaumel; Marcelo Barbosa. Brasil. 2019.

Meu corpo é político. Direção: Alice Riff. Heverton Lima. Brasil. 2017.



**INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
GOIÁS

Documento Digitalizado Público

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC Versão Final

Assunto: Trabalho de Conclusão de Curso - TCC Versão Final

Assinado por: Matheus Souza

Tipo do Documento: Documentos

Situação: Finalizado

Nível de Acesso: Público

Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

- **Matheus Pereira de Souza, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO**, em 24/03/2023 16:20:38.

Este documento foi armazenado no SUAP em 24/03/2023. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifg.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 408045

Código de Autenticação: 74844c3df6

